



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE HISTÓRIA**

JAIR WILLIAN VALMORBIDA

**PORTO FELIZ NO CONTEXTO DE COLONIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE
CATARINENSE (1916-1930)**

CHAPECÓ 2017

JAIR WILLIAN VALMORBIDA

**PORTO FELIZ NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DO EXTREMO
OESTE CATARINENSE (1916-1930)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Radin.

CHAPECÓ, 20 DE JUNHO DE 2017.

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Valmorbida, Jair Willian

PORTO FELIZ NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DO EXTREMO
OESTE CATARINENSE (1916-1929)/ Jair Willian Valmorbida.

-- 2017.

69 f.:il.

Orientador: José Carlos Radin.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História
, Chapecó, SC, 2017.

1. Porto Feliz. 2. Memória. 3. Colonização. 4.
(I)migração. I. Radin, José Carlos, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às dezoito horas nas dependências do Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), reuniu-se a banca avaliadora da monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História constituída pelos professores: **Dr. José Carlos Radin (Orientador)**, **Dr. Delmir José Valentini (UFFS)** e **Dr.^a Samira Peruchi Moretto (UFFS)**. O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História - Licenciatura – elaborado pelo acadêmico **Jair Willian Valmorbida** sob o título: *Porto Feliz no contexto de colonização do extremo oeste catarinense (1916-1929)* obteve a média final 9,0 sendo considerado Aprovado.

Chapecó - SC, 04 de julho de 2017.

Dr. José Carlos Radin - Orientador

Dr. Delmir José Valentini - Avaliador 1

Dr.^a Samira Peruchi Moretto - Avaliador 2

AGRADECIMENTOS

Devo agradecer primeiramente aos meus pais, os quais sempre me apoiaram e buscaram incentivar meu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Igualmente agradeço a José Carlos Radin, meu orientador, que me acompanhou durante este período para a elaboração deste trabalho, colaborando no desenvolvimento e conclusão.

Registro e estendo meus agradecimentos aos professores Francimar da Silva Ilha Petrolí, o qual me acompanhou em meu primeiro momento de pesquisar e colaborando com a formação desta pesquisa, juntamente a professora Daiane Vaiz Machado a qual assumiu o a matéria em TCC II colaborando para a conclusão da pesquisa.

Certamente não poderia deixar de agradecer a instituição Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a qual possibilitou durante cinco anos a convivência e aprendizados acadêmicos, os quais resultaram neste estudo.

Em fim, aos amigos, aos colegas e a todos que de uma forma ou outra colaboraram com a conclusão deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho busca discutir a formação da colônia de Porto Feliz no extremo oeste de Santa Catarina, hoje atual cidade de Mondai, entre os anos de 1916-1929, planejada para ser etnicamente e religiosamente homogênea. Objetiva-se com esta pesquisa compreender o processo de colonização a Oeste de Santa Catarina, especificamente do contexto da formação e organização da vila Porto Feliz. O objetivo é discutir algumas questões envolvendo o uso de memória, como fonte, no sentido de colaborar com a interpretação da história. O estudo parte de uma análise da história memorialista sobre o período, dialogando com o processo de formação e transformação da região. Como fontes para a pesquisa, foram utilizados relatos de imigrantes e descendentes registrados no livro “Desbravando Caminhos: histórias contadas pelos pioneiros”, os quais foram importantes para melhor entender o processo de imigração e migração alemã para a vila de Porto Feliz. O estudo buscou compreender as formações de poder que estruturaram o processo de colonização dentro da vila, a partir da atuação da colonizadora Chapecó-Peperi, no intuito de atrair quantidade significativa de novos moradores de origem alemã para Porto Feliz. Essa migração promoveu a colonização de um grupo étnico e religiosamente homogêneo, o qual teve a possibilidade de progredir economicamente, mantendo uma organização e características culturais marcantes.

Palavras-chave: Porto Feliz. Memória. Colonização. (I)migração.

ABSTRACT

This work aims to discuss the formation of the Porto Feliz colony in the extreme west of Santa Catarina, today the present city of Mondai, between the years of 1916-1929, planned to be ethnically and religiously homogeneous. The objective of this research is to understand the colonization process West of Santa Catarina, specifically the context of the formation and organization of the Porto Feliz village. The objective is to discuss some issues involving the use of memory, as a source, in the sense of collaborating with the interpretation of history. The study starts from an analysis of the memorial's history about the period, dialoguing with the process of formation and transformation of the region. As sources for the research, reports of immigrants and descendants registered in the book "Desbravando Caminhos: histórias contadas pelos pioneiros", were used, which were important to better understand the process of immigration and German migration to the town of Porto Feliz. The study sought to understand the formations of power that structured the colonization process within the village, based on the actions of the colonizer Chapecó-Peperi, in order to attract significant numbers of new residents of German origin to Porto Feliz. This migration promoted the colonization of an ethnically and religiously homogeneous group, which had the possibility to progress economically, maintaining a remarkable organization and cultural characteristics.

Keywords: Porto Feliz. Memory. Colonization. Immigration. Migration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Microrregiões de Santa Catarina.....	19
Mapa 2 – Subdivisões oriundas da colonização do extremo oeste catarinense.....	20
Imagem 1 – Propaganda da empresa colonizadora Chapecó Peperi Ltda.....	32
Figura 1 – Embarcação em tronco de árvore para a descida do rio Uruguai e chegadas de novos moradores a Porto Feliz.....	37
Figura 2 – Acampamentos improvisados ao entorno do galpão do imigrante.....	38
Figura 3 – A captura de uma onça-pintada.....	48
Figura 4 – Serraria de Porto Feliz em 1923.....	51
Figura 5 – Trabalhos de construção da “estrada do sertão”.....	54
Figura 6 – Visita do governador do estado de Santa Catarina, Adolfo Konder.....	60

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 AS TERRAS NO “SERTÃO” CATARINENSE	17
2.1 O ACORDO DE LIMITES E A FORMAÇÃO DO OESTE CATARINENSE.....	17
2.2 AS EMPRESAS COLONIZADORAS E A COMERCIALIZAÇÃO DAS TERRAS	21
2.3 O CONTEXTO DA FORMAÇÃO PARA OS “DESBRAVADORES DO SERTÃO”	25
3 COLONIZAÇÃO AS MARGENS DO RIO URUGUAI: A VILA DE PORTO FELIZ .	28
3.1 A ATUAÇÃO DA CHAPECÓ-PEPERI LTDA EM PORTO FELIZ	28
3.2 IMIGRANTES E MIGRANTES: OS PRIMEIROS COLONOS	34
3.3 “DEUS É GRANDE, PORÉM O MATO TAMBÉM”	40
3.4 A ORGANIZAÇÃO DA VILA PORTO FELIZ (1922-1929).....	44
3.4.1 As relações e modificações dos colonos com o ambiente.	46
3.4.2 O trabalho nas terras de rios de leite mel.....	49
3.4.3 Percepções religiosas.....	55
3.4.4 De Porto Feliz a Mondai.....	58
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67

1 INTRODUÇÃO

A atual formação do extremo oeste de Santa Catarina decorreu de um processo muito forte de migrações, padronizado por famílias agricultoras já estabelecidas no Brasil, principalmente no estado do Rio Grande do Sul. Assim, com a definição dos limites de terras após o acordo de limites entre Santa Catarina e o estado do Paraná,¹ a qual teve início em 1900 e vai se encerrar apenas em 1916, para que assim o extremo oeste torne-se objetivo de colonização, consolidando a conquista da terra por seus respectivos estados. Francimar Petrolí² apontou que investir nesta região de “sertão”³ antes do ano de 1916 e a definição dos limites de terras entre os dois estados se tratava de uma ação ariscada, devido ao fato de que ambos os estados não receberiam garantias sobre seus investimentos antes do acordo estar assinado.⁴ Como é o caso da cidade de Porto Feliz⁵ objeto da presente pesquisa, que teve um rápido crescimento a partir da extração da madeira tornando-se a um ponto de reconhecimento para a viagem do Governador do estado de Santa Catarina, Adolfo Konder em 1929. Viagem que surgiu tendo como principal objetivo conhecer o que durante o período era denominado de “sertão catarinense”.⁶

Estas vilas embrenhadas dentro das matas necessitaram de um incentivo estatal para a consolidação nacional da população. A viagem de 1929 feita ao sertão catarinense pelo então Governador do estado Adolfo Konder buscava além de conhecer a região, desenvolver junto aos cidadãos o sentimento de pertencimento ao país, ao estado e a região que se habitava. A localidade em questão pertencia ao município do “Velho Chapecó”, localizada na encosta do rio Uruguai, na qual a colonizadora Chapecó-Peperi Ltda, iniciou o trabalho de mapeamento

¹ Francimar Petrolí (2011) vai definir o Acordo de Limites que constituiu um acontecimento singular para Santa Catarina, onde que a partir da definição jurídica dos limites, múltiplos investimentos estatais foram feitos no sentido de transformar a própria realidade.

² PETROLI, Francimar Ilha da Silva. Região, civilização e progresso: Oeste Catarinense, 1916-1945. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.

³ Este trabalho trás o uso de aspas aos termos Sertão ou Sertão Catarinense devido ao seu caráter pejorativo o qual o termo se emprega quando do uso deste termo durante o período de colonização.

⁴ PETROLI, Francimar Ilha da Silva. Região, civilização e progresso: Oeste Catarinense, 1916-1945. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.

⁵ A denominação dada a Vila de Porto Feliz se baseia na perspectiva da busca da felicidade nesta nova colonização as margens do rio Uruguai. O nome foi escolhido no momento da chegada da comitiva de reconhecimento as margens do que hoje é a cidade de Mondai, foi sugestão do diretor Faulhabera escolha deste nome. O final do ano de 1926, a definição vinda da câmara de vereadores em Passo Bormann denominando que o nome da vila passa a ser Porto Feliz de Mondai. Somente em 30 de dezembro de 1953 foi emancipada dos limites do “Velho Chapecó” e passou a fazer uso em definitivo do nome Mondai pertencendo ao estado de Santa Catarina.

⁶ O termo “sertão Catarinense” foi empregado fortemente junto aos relatos dos colonizadores, para que com este pudessem justificar a falta de investimento na região. RENK. Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: **Cadernos do CEOM** - Ano 19, n. 23. Chapecó 2009.

da terra e venda de lotes, a partir de uma política do estado em ocupar a região de pouco explorada pelo estado em meio a mata fechada.

A colonização que teve início com poucas famílias chegando à encosta do rio despertou interesse do Governador do estado de Santa Catarina, na época Adolfo Konder. O empenho do estado em conhecer suas posses mais longínquas segundo Arlene Renk⁷ teve por objetivo conquistar a população que ali estava se estabelecendo, deixando a parte das conquistas de novas posses territoriais. Konder conseguiu percorrer com a “bandeira”⁸ ao oeste catarinense para conhecer o interior do estado e os novos limites de terras traçados entre Santa Catarina e Paraná. O Governador e sua comitiva de viagem destacaram sua passagem pelo extremo oeste, na ocasião em que visitaram a vila de Porto Feliz que devido a sua localização geográfica as margens do rio Uruguai tornou-se ponto de passagem obrigatório para a comitiva.

A passagem da comitiva governamental por Porto Feliz causou significativo impacto na população local. De acordo com os registros de Othon D’Eça⁹ e Arno Koelln¹⁰, a população local preparou uma calorosa recepção ao Governador. Estes acontecimentos registrados na memória da região segundo Michael Pollak¹¹ passam por um processo de manutenção, coerência, continuidade e organização, para que estas memórias ainda estejam à disposição da história com o passar dos tempos, que de acordo com Piere Nora “a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado”.¹²

Contudo, as primeiras famílias que buscaram se instalar na região encontraram grandes dificuldades na chegada. A falta de caminhos bem estruturados colaborava com a construção da ideia do colonizador em desbravar a mata no “sertão catarinense”. As viagens eram realizadas principalmente por meio de embarcações pelo rio Uruguai e seus afluentes, além disso, aproveitava-se a existência de pequenas passagens entre a mata para a locomoção. Estes caminhos já em aberto segundo Arno Koelln,¹³ foram realizados por povos indígenas

⁷ RENK, Arlene. O conhecimento do território: a Bandeira de Konder. 1994. In: **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005.p. 109 – 128.

⁸ Usa-se o termo bandeira devido a aplicação deste em relatos da época para se referir a comitiva expedicionária de 1929.

⁹ D’EÇA, Othon. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2 ed. 1992.

¹⁰ KOELLN, Arno. **Porto Feliz: A história de uma colonização as margens do rio Uruguai**. Mondai: Improeste, 1980.

¹¹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, 1992, p. 207.

¹² NORA, Piere. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Projeto história**. São Paulo: Revista do programa de estudos e pós-graduados em história do departamento de história da PUC-SP, 1981, p. 8.

¹³ KOELLN, op. cit.

que já viviam há muito tempo neste território e também foram usados por bandeirantes, que cruzaram o território para chegar às missões jesuíticas na Argentina.

Porto Feliz conseguiu um amplo crescimento e recebeu grande parte de seus colonizadores vindos do Rio Grande do Sul, o qual fica localizado na outra margem do rio Uruguai. Também os imigrantes que segundo Maria Bernardete Ramos Flores e Élio Cantalício Serpa,¹⁴ por algumas vezes nascidos nas mais distintas regiões da Europa tiveram breves passagens em terras do Rio Grande do Sul, mas com a notícia da nova colonização, migraram para construir suas famílias nesta região catarinense.

O governo gaúcho chefiado por Getúlio Vargas, não apoiou a saída de moradores de seu estado para ocupar o oeste catarinense, poucos eram os caminhos que cruzavam as terras pertencentes ao Rio Grande do Sul que chegassem as margens do rio Uruguai para assim chegar às terras do lado catarinense, entre estas, Porto Feliz. A construção de um trajeto bem estruturado por estradas entre estes dois estados ainda demorou a ser concretizado. Mesmo assim, de acordo com relatos de Koelln¹⁵ este trajeto foi realizado pela coluna Prestes¹⁶ no ano de 1925, e também por grupos militares que saíram em marcha dando início a Revolução de 1930.

Desta forma, grandes movimentos populacionais como os que ocorreram em 1925 com a Coluna Prestes também em 1929 com a visita de Adolfo Konder, atraem os olhares desta pesquisa, que busca compreender o significado da visita do Governador Adolfo Konder que visava interesses sociais e políticos para o estado e também a importância a qual esta presença representou na colonização. O advento da passagem da comitiva governamental de Konder em 1929, sete anos após o início da colonização possibilitou perspectivas de progresso para a colonização como relatado nos diários desta viagem, publicados pela editora Argos em 2005 intitulado “A viagem de 1929”¹⁷.

Assim, diante deste cenário tendo como objetivo entender o processo de formação da vila de Porto Feliz buscar-se-á trabalhar com a colonização da vila de Porto Feliz e sua representatividade para a ocupação do extremo oeste catarinense. A formação desta colonização pode ser entendida a partir da necessidade do estado em ocupar as terras do oeste

¹⁴ FLORES, Maria Bernardete Ramos; SERPA Élio Cantalício. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. In: **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005.p. 129-153.

¹⁵ KOELLN, Arno. Op. Cit. 1980.

¹⁶ Movimento revolucionário também chamado Coluna Miguel Costa-Prestes, que, sob a liderança dos “tenentes” Miguel Costa e Luís Carlos Prestes, empreenderam longa marcha por vários estados do país entre abril de 1925 e fevereiro de 1927. ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro, v.2. FGV editora. 2001.

¹⁷

catarinense, entretanto, não ficou esclarecido nesta formação colonial o porquê que a implantação da vila se deu de forma étnica e religiosamente homogênea, ocorrendo assim uma formação colonial específica como para Porto Feliz de alemães de religião protestante.

Partindo-se deste movimento de ocupação regional incentivado pelo estado de Santa Catarina, objetiva-se compreender os desdobramentos para a efetiva ocupação das terras e como esta nova colonização em Porto Feliz vai se relacionar com o ambiente adquirido para a formação da vila. Assim, buscaremos entender as especificidades desta colonização e como vai se organizar internamente entre os anos de efetiva colonização de 1922 à 1929. Também procuramos compreender como a colonização formada dentro das tradições protestantes, preocupado com o crescimento da colônia, passou a desconstruir este caráter homogêneo de formação inicial com o decorrer dos anos, abrindo novas possibilidades para colonos de distintas características adentrarem ao processo colonial.

Presenciamos uma barreira para este estudo relacionada ao uso direto de fontes orais, embora estivéssemos esta possibilidade para compor esta pesquisa trata-se de uma comunidade bastante fechada aos olhares vindos de fora o que dificultou coletar entrevistas com colonos os descendentes que ainda vivem nesta cidade, bem como o uso de fontes orais e seus cuidados para uso acadêmico demandam de um tempo mais amplo, ficando inviável de realizar neste momento. Portanto utilizando-se da memória como fonte para esta pesquisa, busca-se recuperar fragmentos vivenciados por indivíduos comuns em seu cotidiano, no entanto cumpre a história de acordo com Piere Nora o papel de reorganizar as memórias:

O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca de vestígios do estoque material daquilo que nos é impossível de lembrar. [...] a medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi.¹⁸

A perspectiva histórica aplicada a esta história contada por aqueles que participaram desta construção, apresenta a possibilidade de análise de agentes simples de um contexto histórico o qual esteve as margens dos grandes debates regionais e nacionais do período. Assim como cumpre a micro-história a análise de indivíduos comuns os quais conforme concepção de Eduard Grendi “se interessariam pela construção de redes de relações e pela identificação de escolhas específicas (individuais ou coletivas)”,¹⁹ Porto Feliz que se

¹⁸ NORA, op. cit. p. 17.

¹⁹ GRENDI, Eduardo. Repensar a micro-história? In: Revel, J. (org) **Jogos de escalas: experiência de microanálise**. Fundação Getúlio Vargas. 1994, p.253.

apresenta como uma organização coletiva e deixa transparecer a sinergia envolta aos colonos que lá buscaram se estabelecer.

Esta pesquisa busca se desenvolver em meio ao conturbado ambiente de colonização do Oeste catarinense, com o objetivo de somar com a história regional especificamente voltada a vila de Porto Feliz, a qual academicamente pouco se encontra citações desta colonização.

Para tanto, desenvolveremos um comparativo entre dois olhares distintos de sua colonização. Realizou-se uma análise de dois vieses memorialistas que retrata a vila no contexto de colonização no extremo oeste, um deles oriundo das memórias dos primeiros colonos a se estabelecerem na região, organizadas nas obras, “Porto Feliz a história de uma colonização às margens do rio Uruguai”,²⁰ relato memorialista de João Arno Koelln que narra os fatos e passos iniciais da colonização de Mondai, na qual o autor escreveu a obra na língua alemã nos anos 70 e somente em 1980 a obra foi escrita em português. Arno Koelln nascido em abril de 1917 certamente não viveu todos os fatos narrados, mas busca realizar um levantamento de fatos a partir de sua experiência vivida e da memória construída coletivamente. Já a obra “Desbravando caminhos histórias contadas pelos pioneiros”²¹ organizada por Maria Gertrudes Frassen, busca contar a história da colonização reproduzindo os relatos daqueles que viveram este processo colonizador. Em contraponto as memórias produzidas regionalmente se dará a análise dos relatos produzidos por Arthur Ferreira da Costa²², Athon D’Eça²³ e José Arthur Boiteux²⁴, os quais acompanharam a viagem de reconhecimento de Adolfo Konder ao interior do estado de Santa Catarina.

Para analisar as memórias produzidas coletivas ou individualmente de acordo com Pollak²⁵ as memórias são seletivas e perecíveis, ficando assim sujeitas a análise daquele que reproduz esta história e também da capacidade que este indivíduo mantém ao se recordar dos acontecimentos. Desta forma as memórias necessitam ser trabalhada acompanhada de uma perspectiva histórica dos fatos.

²⁰ KOELLN, op. cit.

²¹ FRANSSEN, Maria Gertrudes. **Desbravando Caminhos: Histórias contadas pelos pioneiros.** Mondai: Improeste, 2005.

²² D’EÇA, op. cit.

²³ BOITEUX, José Arthur. Oeste Catarinense. Florianópolis: Alberto Entres & Irmão, 1931. In: **A viagem de 1929.** Chapecó: Argos, 2005.

²⁴ COSTA, Arthur Ferreira. O Oeste Catarinense. de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. In: **A viagem de 1929.** Chapecó: Argos, 2005.

²⁵ POLLAK, op. cit.

Ao realizar a busca em amparar a história a ser pesquisada em fatos históricos, o estudo de Alceu Werlang sobre as “Disputas de ocupação do espaço no oeste catarinense”,²⁶ colabora com um olhar pontual sobre a disputa da terra entre Santa Catarina e Paraná, também com as aproximações de companhias colonizadoras com o governo estadual o qual buscava ocupar a terra do oeste catarinense.

Para entendermos os processos de migração para o Oeste Catarinense, utilizou-se dos escritos de Pierre Bordieu²⁷ buscando debater sobre as relações impostas entre o estado e o colonizador, visando o poder e a influência que este colonizador representará durante este processo de colonização. Observamos também a necessidade de esclarecimento do termo pangermanismo, utilizado por Marionilde Brepohlde Magalhães²⁸ para caracterizar um movimento da região sul do Brasil, inspirado por um movimento nacionalista em que estes grupos buscaram se organizar afastados de grandes centros, com o objetivo de manutenção dos costumes da nacionalidade alemã.

Magalhães²⁹ também aponta a forte presença de imigrantes alemães no sul do país na segunda metade do século XIX e início do século XX, assim como destaca a formação de grupos homogêneos os quais fortalecem a formação da identidade nacional mesmo convivendo em uma nova região fora da Europa. René Gertz³⁰ justifica o grande contingente migratório alemão dizendo que o principal motivo da migração de alemães a América se deu no momento após a Primeira Guerra Mundial, período que a Alemanha se encontrava em crise.

Compreender o processo de formação de grupos coloniais na ocupação da região contestada pode possibilitar a manutenção de costumes e hábitos adquiridos antes da migração ao Brasil. Giralda Seyferth vai afirmar que o “uso cotidiano da língua materna talvez seja a característica mais evidente e persistente da fronteira étnica”,³¹ as quais juntamente com fronteiras religiosas vão nortear a formação das colônias a oeste de Santa Catarina.

Partindo da concepção que Bourdieu faz sobre região, buscamos compreender o espaço regional como área para disputas por poder, assim ao se confrontar com um espaço

²⁶ WERLANG, Alceu Antonio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste Catarinense**. A atuação da companhia territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos. 2006.

²⁷ BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand, 1989.

²⁸ MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Curitiba. SAMP, 2014.

²⁹ Ibid. p. 5.

³⁰ GERTZ, René. **O neonazismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS/AGE, 2012.

³¹ SEYFERTH, op. cit. 2012, p. 18.

sem a presença do poder do estado, aquele com domínio do que Bourdieu denomina “Poder Simbólico” conduz o processo de colonização:

Poder de construir o dado pela anunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização.³²

Desta forma, o perigo da formação de centros de poder em meio a colonização do extremo oeste de forma isolado do poder do estado preocupava o governo. O qual segundo Maria Flores e Élio Serpa “inferimos a noção de que o território nacional é um ato levado a cabo por personagens investidas da mais alta autoridade. Não há como sustentar a existência de critérios”,³³ devido à proximidade com o território argentino e o conhecimento prévio da situação vivenciada, o que causou desconforto do estado com a possibilidade de perder territórios há pouco conquistados, assim o governo estadual organizou uma expedição de reconhecimento as terras do oeste, buscando firmar a presença do estado na região.

Esta pesquisa busca acompanhar o processo de povoamento das terras do Oeste catarinense, assim como as disputas que precederam este processo a partir de mensagens oficiais do estado de Santa Catarina e Paraná, as quais foram encaminhadas ao congresso apresentando as principais compreensões diante o envolvimento do estado com as questões relacionadas a disputas das terras.

A proposta deste estudo é trabalhar em dois capítulos. No primeiro deles será apresentado com maior ênfase na definição de limites das terras no oeste e extremo oeste catarinense, o trabalho das principais colonizadoras e a chegada dos primeiros imigrantes e migrantes ao oeste, buscando transcorrer a partir do contexto regional da colonização e percepções dos imigrantes vindos da Europa.

Para o segundo capítulo busca-se debater sobre a atuação da empresa Chapecó-Peperi Ltda. com o trabalho de venda de terras, formando instalações de subsistência dos primeiros migrantes, a partir da exploração da madeira e como esta conseguiu se desenvolver ganhando respaldo e se tornando objeto para a visita de Adolfo Konder e a comitiva da viagem de 1929. Trabalhamos com os relatos dos primeiros moradores da vila e como estes grupos de alemães perceberam a formação da vila e como Porto Feliz vai se organizar como crescente foco

³² BOURDIEU, op. cit. p. 14.

³³ FLORES, Maria Bernadete Ramos; SERPA, Élio Cantalício, **A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao oeste de Santa Catarina**. São Paulo. 1999.

populacional do extremo oeste catarinense. Buscar-se-á entender como esta localidade se organizou diante da adversidade em Porto Feliz.

2 AS TERRAS NO “SERTÃO” CATARINENSE

O presente capítulo expõe as questões envolvendo a apropriação da terra no Oeste e extremo oeste catarinense. Este processo de apropriação das terras vai dar respaldo ao objeto deste estudo, ou seja, a Vila de Porto Feliz as margens do rio Uruguai. Este espaço dará início a uma das tantas colônias que irão se desenvolver a partir de 1916 na imensa região Catarinense até então pouco visada, a qual passou a ser explorado, dividido, comercializado e repovoado.

Esta faixa de terra a oeste do que é hoje o estado de Santa Catarina e a sudoeste do atual Paraná estiveram historicamente envolvidas em diversos conflitos para definição dos limites da terra. De acordo com Werlang³⁴ as disputas pelas terras tiveram início com a concorrência entre Portugal e Espanha em 1496 e depois entre o Brasil e a Argentina. Esta questão de limites entre os dois países foi resolvida em 1895 com a intervenção dos Estados Unidos da América por meio de seu presidente Grover Cleveland, que deu ganho de causa ao Brasil³⁵.

O processo de disputa mais significativo o qual definiu os limites que conhecemos atualmente se intensificou durante o período de 1900 à 1916, com a definição dos limites territoriais entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

2.1 O ACORDO DE LIMITES E A FORMAÇÃO DO OESTE CATARINENSE

A disputa das terras contestadas entre Santa Catarina e Paraná tem início em 1853 quando o Paraná obtém sua autonomia política de São Paulo. Antes disto estas terras já estiveram em disputa entre São Paulo e Santa Catarina.

No ano de 1901 o governo do estado do Paraná enviou por intermédio de seu Governador Francisco Xavier da Silva uma proposta para a definição de novos limites, sendo rejeitada por Hercílio da Luz Governador de Santa Catarina, que se aproveitou da situação para convocar Manoel da Silva Mafra para defender a causa ao lado dos catarinenses. Este

³⁴ WERLANG, op. cit.

³⁵ SERPA, Élio. **A guerra do contestado** (1912-1916). Florianópolis. Ed. da UFSC, 1999.

trabalho resultou em seu livro “Exposição Histórico Jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná”.³⁶

Podemos perceber a partir da abordagem de Silvio Coelho dos Santos,³⁷ com o desenvolvimento do trabalho “Nova história de Santa Catarina” que ambos os estados encontravam-se envolvidos com a questão de disputa destas terras e dedicavam seu tempo, empenho e frustrações com estas questões judiciais.

De acordo com Maфра³⁸ em 06 de junho de 1904, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) deu ganho de causa ao Estado de Santa Catarina, após a decisão, o advogado por parte do Paraná, Joaquim da Costa Barradas recorreu da decisão, sendo assim, as terras contestadas voltaram a serem analisada pelo STJ. O Supremo Tribunal rejeitou os embargos em 1909 e o governo paranaense pediu explicação sobre alguns termos ambíguos do acordo e embargando novamente o processo, entretanto, em 1910 o Supremo desconsiderou o embargo e confirmou sua decisão.

Em 10 de abril de 1916, o Presidente da República Wenceslau Braz Pereira Gomes, apresentou uma proposta de definição de limites aos governadores de Paraná e Santa Catarina com a intenção de solucionar a questão.

A questão de limites será decidida por parte de accordo directo e por parte de arbitramento. Os limites de Santa Catharina ficarão desde já respeitados pelo Paraná de accordo com as seguintes divisas: Pelos rio Negro e Iguassú abaixo até o primeiro ribeirão nas proximidades de União da Victória; (o ribeirão maior entre a fóz do Timbó e a referida cidade de União da Victória) por este ribeirão acima até a Estrada de Ferro e por está até o rio do Peixe e por este até a sua fóz no Uruguay, ficando sob a jurisdição de Santa Catharina todos os municipios que estão sob a do Paraná: Tres Barras, Papanduva, Vallões etc. Santa Catharina reconhecerá como pertencente ao Paraná e desde já a zona comprehendida entre os seguintes limites: descendo pelo Iguassú a partir da fóz do Jangada até a fóz do Chopin e por este acima até a cabeceira mais alta e desta á cabeceira mais proxima do Jangada e por este abaixo até a sua fóz no Iguassú.³⁹

Após alguns ajustes propostos por ambos os governos foi assinado em 20 de outubro de 1916 o acordo que deu fim aos conflitos entre os estados. Ficou assim incumbida ao estado catarinense a posse das terras entre o rio Uruguai, do Peixe e o Peperi-Guaçu. A partir desta definição segundo Werlang⁴⁰ em 25 de agosto de 1917 o governo de Santa Catarina delimitou

³⁶ MAFRA, Manoel da Silva. **Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catharina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná**: submetida, por acordo de ambos os estados, à decisão arbitral. Florianópolis: IOESC. (2002).

³⁷ SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis. Lunardelli, 1995.

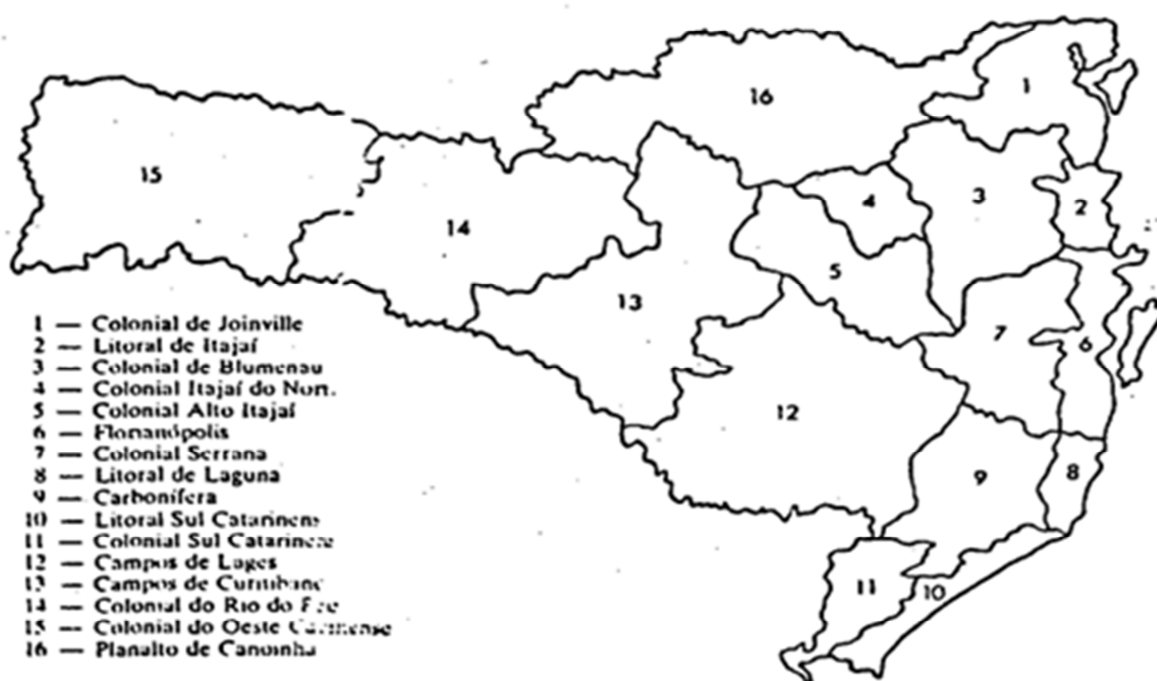
³⁸ MAFRA, op. cit.

³⁹ ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1916, pelo Dr. Felipe Schmidt, governador do Estado de Santa Catarina.

⁴⁰ WERLANG, op. cit. p. 28.

novos municípios através da lei n. 1.147. Os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó com os seguintes limites territoriais: o município de Cruzeiro, no Leste; a República da Argentina, no Oeste; o Estado do Paraná, no Norte; e o Estado do Rio Grande do Sul, no Sul. Uma região de mata extremamente densa e inexplorada, que hoje já se divide em diversos novos municípios conforme podemos observar nos mapas 1 e 2 que seguem a baixo.

Mapa 1 – Microrregiões de Santa Catarina



Fonte: Instituto CEPA/SC – 1.988⁴¹.

⁴¹ BELLANI, Eli Maria. **Madeira, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai**. O Processo de Colonização do velho município de Chapecó (1917/1950). 1991. 327 f. Dissertação (Mestrado em história) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

Segundo Werlang,⁴⁶ “Além da Criação dos municípios, o governo de Santa Catarina tratou de repassar a empresas particulares imensas Gleba para fins de colonização”. A concessão era feita às pessoas de influência e domínio social, político e econômico da região, que teriam prestígio suficiente para interferir nas decisões de ocupação das terras. Segundo Jaci Poli⁴⁷ “Observa-se que os favorecidos com as concessões dos governos estaduais, tanto no Paraná quanto em Santa Catarina, sempre foram aqueles que tinham condições econômicas para promoverem a exploração”.

A concessão da terra devoluta as grandes empresas colonizadoras ocasionou fatores de disputas com aqueles que lá já residiam, esta apropriação de terras ocorreu em sincronia com o processo migratório. O processo da distribuição das terras se fortaleceu com a nova constituição promulgada com a república, na qual definiu o domínio das terras devolutas para o governo federal.

2.2 AS EMPRESAS COLONIZADORAS E A COMERCIALIZAÇÃO DAS TERRAS

Podemos abordar esta imensidão de terras a oeste catarinense com o olhar do estado, que no ano de 1916 considerou esta região como improdutivo e inexplorado. Mesmo com a concessão das terras à ferrovia São Paulo/Rio Grande, a ocupação territorial se encontrava apenas as margens deste empreendimento. De acordo com Valentini e Radin⁴⁸ “evidenciava a necessidade da introdução de imigrantes agricultores que se proponham estabelecer-se no país, criando centros permanentes de trabalho, de riquezas”. Portanto, esta ação seria impulsionada pelo poder legislativo e designado as empresas colonizadoras que realizariam o trabalho de povoar o oeste catarinense.

Na ótica governamental a ocupação e desenvolvimento da região trariam benefícios ao governo. Sendo assim as terras passaram a serem entregues a aqueles de influência regional, que pudessem desenvolver e trabalhar a terra. A incumbência destas colonizadoras era a de fixar o colono a esta terra e providenciar meios para o acesso ligando as novas colônias a centros de escoamento comercial. Grosso modo, o pagamento das terras era realizado com a abertura de estradas em meio à mata.⁴⁹

⁴⁶ WERLANG, op. cit. p. 29.

⁴⁷ POLI, op. cit.

⁴⁸ RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José. **A guerra do contestado e a expansão da colonização.** Revista Esboços. Florianópolis, v. 19, n. 28. 2012, p. 217-150.

⁴⁹ RADIN; VALENTINI, op. cit.

O estado de Santa Catarina de acordo com Werlang⁵⁰ impôs aos indivíduos que realizaram aquisição de terras da região contestada junto ao governo do Paraná prazo de dois anos para regularização de escritura ao estado de Santa Catarina. Fato esse que transcorreu sem grandes problemas, tendo em vista que os colonos já estabelecidos tomaram conhecimento desta necessidade, na qual muitos posseiros perderam o direito a terra.

No “Registro de títulos do Paraná, referentes aos municípios de Cruzeiro e Chapecó - 1842-1930” aparece uma relação de pessoas físicas, assim como de algumas empresas colonizadoras, com registros de imensas áreas de terras, como foi o caso de Maria Isabel de Almeida, 397 mil hectares, Zeferino de Almeida Bueno, 460 mil hectares, Antônio Maciel, 392 mil hectares e Antônio Fernandes dos Santos, 782 mil hectares. Nesse livro de registros também aparecem seis empresas colonizadoras, entre as quais a SouthernBrazilLumber&ColonizationCompany, a Mosele, Eberle, Ghilardi e Cia. e Luce Rosa e Cia., as quais foram bastante atuantes na comercialização de terras na região.⁵¹

A partir de 1919, Santa Catarina deu início a concessão de terras sem levar em conta as questões envolvendo os posseiros. Werlang⁵² afirma que o governo tinha conhecimento da possibilidade do conflito que essas ações poderiam gerar. Inicialmente, a atuação das companhias colonizadoras foi mais acentuada a partir das proximidades da ferrovia, intensificando-se gradativamente até a fronteira com a Argentina. Conforme o depoimento de dois empresários que atuaram na venda das terras.⁵³

A prestação de serviços ao governo foi a principal moeda de troca das colonizadoras. Segundo descreve Werlang:

Receberam terras em troca da construção de estradas a empresa construtora e colonizadora Oeste Catarina, a Bertaso e Maia, a Brazil Developmentand Colonization Company, subsidiária da Brazil Railway, construtora da Ferrovia do contestado. Outras companhias como Chapecó – Peperi Volksverein e a Barth – Benetti e Cia., acabaram comprando suas terras de outras colonizadoras, pagando preço mais elevado.⁵⁴

Vale aqui destacar o levantamento dos valores elaborados por Werlang⁵⁵ conforme investimentos da colonizadora Chapecó-Peperi, colonizadora responsável por desenvolver a vila de Porto Feliz. “Enquanto a Cia Sul Brasil pagou 5\$000 por hectare ao estado de Santa

⁵⁰ WERLANG, op. cit.

⁵¹ RADIN, José Carlos. Questão agrária na fronteira catarinense. **Tempos Históricos**. v, 18. 2014, p. 143-163.

⁵² WERLANG, op. cit.

⁵³ RADIN, op. cit. p. 146.

⁵⁴ WERLANG, op. cit. p 35.

⁵⁵ Ibid.

Catarina a Chapecó-Peperi pagou 15\$835 à Brazil Railway”.⁵⁶ Além da necessidade de um valor elevado ao pagamento das terras por colonizadoras menores devido aos lucros obtidos pela Brazil Railway com a venda das terras, os valores pagos pelos trabalhos de aberturas de terras quando recebido diretamente do estado também eram mais significativos no abatimento da dívida.

De acordo com André Carlos Werle,⁵⁷ a falta de condições para pagar pelas terras adquiridas pela colonizadora Chapecó-Peperi, fez com que esta vendesse grande parte das terras para a Volksverein (Sociedade União Popular para Alemães Católicos do Rio Grande do Sul), que colonizou as terras entre os rios Macuco e Pepery-Guaçú, onde planejou implantar Porto Novo, que seria uma colônia formada exclusivamente de colonos de fala alemã e de religião católica. Já a Chapecó-Pepery, dirigida pelo Pastor Hermann Faulhaber, ficou com as terras localizadas entre os rios Macuco e Antas, onde implantou sua colônia, (localiza-se atualmente nestas terras o município de Mondai).

Um exemplo claro dessa preferência por elementos de mesma origem étnica é Itapiranga, onde praticamente só foram morar pessoas de origem alemã e quase só católicos. Em Mondai, o exemplo é similar com a variante de que a religião desses imigrantes não era católica.⁵⁸

As possibilidades as quais as colonizadoras tiveram em elaborar diversos centros coloniais permitiu que estas colônias objetivassem uma singularidade aos interessados em adquirir suas propriedades.

A colonização do oeste catarinense se configurou a partir da atuação de diversas empresas colonizadoras, onde as terras eram entregues para aqueles que se interessava em colonizá-las. As empresas assim como grande parte dos colonizadores provinham do Rio Grande do Sul e viam perspectiva de lucro no interesse dos colonos por novas terras. Vítor Peluso⁵⁹ ressalta este aspecto de colonização, destacando a importância do papel do colonizador como o grande responsável do bom desempenho destas colonizações.

A fundação de povoados no Oeste Catarinense não ocorreu em obediência a determinações oficiais. Deixamos bem clara a omissão das autoridades relativamente à vida regional. As povoações, em geral, foram espontâneas, mas

⁵⁶ Werlang, Alceu Antonio. Op. Cit. p 35.

⁵⁷ WERLE, André C. **O Reino Jesuítico Germânico nas Margens do rio Uruguai: Aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga)**. 2001. 204f. Dissertação (Mestrado em história) - Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de História Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2001.

⁵⁸ POLI, op. cit. p.173.

⁵⁹ PELUSO, Júnior. Vítor. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: EDUFSC, 1991.

surgiram em decorrência das necessidades de cada núcleo colonial. Cada empreendedor olhou o problema como se sua colônia fosse única, e procurou dela tirar o máximo proveito. Nos núcleos pequenos, havia, apenas, a sede; nos maiores, tantas povoações quantas fossem necessárias. Eram obras de colonizadores que conheciam as exigências dos agricultores, e que assim, em virtude de sua utilização imediata por estes últimos, já nasciam com arruamentos, lotes urbanos demarcados e serviços indispensáveis - casa comercial, igreja, escola, hotel.⁶⁰

Segundo Peluso, o governo estava ausente de forma direta deste trabalho da formação colonial do extremo oeste, ficando as empresas colonizadoras encarregadas de organizarem a colônia, com o desenvolvimento de estradas, construção de igrejas, escolas e praças. Assim, a concessão de terras era feita para aqueles que possuíam condições de influenciar política e socialmente a região a ser ocupada.

Ainda segundo Werle:

A ação das colonizadoras foi de grande importância para desenvolver a região, o projeto de colonização a partir da posse da terra, também buscando organizar colônias com base em elementos da cultura italiana e alemã, assim destinando distintas áreas de terras para ser comercializada e incentivando a vinda de pessoas de mesma origem étnica.⁶¹

Esta concepção compartilhada por Werle e Peluso ajuda a compreender os discursos reproduzidos nos relatos dos primeiros colonizadores que retratavam o abandono do estado de Santa Catarina para com a região Oeste. Mas podemos compreender que os principais objetivos dos colonizadores eram de ligar a nova colônia com as sedes das empresas implantadas no Rio Grande do Sul, ficando ao estado de Santa Catarina apenas a incumbência de realizar a concessão de terras.

Vale destacar conforme apontou Seyferth “O mapeamento das terras devolutas (para implementar a colonização) não levou em conta a presença indígena tampouco a existência de posseiros, em muitos lugares designados pelo termo caboclo, supondo uma população mestiça”.⁶² Desta forma os colonos os quais iniciaram este processo de povoamento repercutem o discurso e procura se exaltar como o desbravador da terra. Esta concepção do papel do colono ficou muito presente durante a colonização do oeste catarinense e se reproduz em alguns discursos até os dias atuais.

⁶⁰ PELUSO, op. cit. p. 292.

⁶¹ WERLE, op. cit. p. 57.

⁶² SEYFERTH, op. cit. 2012. p. 15.

2.3 O CONTEXTO DA FORMAÇÃO PARA OS “DESBRAVADORES DO SERTÃO”

O ingresso de imigrantes e migrantes no Oeste catarinense impulsionou a colonização deste território e o crescimento da região. Desta forma, a partir da distribuição de terras devolutas, o governo fomentou o deslocamento de populações para as regiões que ainda em sua concepção se encontravam desocupadas, partindo-se do argumento de que “não temos que recear um perigo para a nossa nacionalidade pela falta de homogeneidade étnica [...] em todos os países novos, o nosso principalmente pela sua vastidão e necessidades prementes de desenvolver o povoamento e fomentar a riqueza pública”.⁶³

O favorecimento as empresas privadas, certamente fez sua parte para a formação de uma nova organização da região. O movimento para repovoar o extremo oeste de Santa Catarina se colocou de uma nova maneira perante o contesto da colonização, tornando agitado o ambiente até então pouco movimentado, em meio à mata fechada.

A partir do ano de 1916 iniciou-se um forte fluxo migratório para as regiões contestadas, a comercialização da terra propôs novos encontros. De acordo com Radin, “Esse entendimento favoreceu o processo de apropriação privada da terra, no qual as populações locais eram em geral ignoradas”.⁶⁴

Muito desta migração que ocorreu com a formação das novas colonizações em Santa Catarina, foi devido a grande quantidade de novos imigrantes e escassez de terras nas colonizações do estado do Rio Grande do Sul. Estes relatos estão presentes na memória daqueles incumbidos do papel de precursor desta nova colonização, conforme conta Teodoro Spech, nascido em 1917 em Arroio do Meio – RS, “Lá no Rio Grande do Sul tinha muita gente, isso parecia um formigueiro, não tinha lugar para todos. Lá a terra estava faltando. Muita gente saiu para outro lugar, para conseguir terra para plantar”.⁶⁵

Com a saturação das terras das colônias já estabelecidas no Rio Grande do Sul, somadas a vinda de novos imigrantes para o Brasil que foi amplamente incentivada desde o século XIX, quando o império buscava segundo Brepohl⁶⁶ aumentar a produção agrícola, com a ocupação efetiva de territórios de baixo povoamento, os imigrantes que se instalaram nos estados do Sul, puderam permanecer isolados em suas colônias com sua cultura, devido a esta

⁶³ ESTADO DE SANTA CARATINA, Mensagem apresentada ao poder legislativo, em 7 de agosto de 1917, pelo Dr. Felipe Schmidt, governador do Estado de Santa Catarina.

⁶⁴ RADIN, op. cit. p. 149.

⁶⁵ FRANSSEN, op. cit. p. 136.

⁶⁶ MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. Os Imigrantes Alemães e a Questão da Cidadania. **Texto de História**. [S. l.: s. n.]. 1993. p. 50 – 72.

região não ter um papel central na economia brasileira. Com a superpopulação destas regiões, colonos e filhos de colonos já estabelecidos no Brasil também saem em busca de uma nova colônia, procurando terras para serem adquiridas com características semelhantes da colônia a qual já estavam habituados. Assim como cita Werle⁶⁷ as características das colonizações buscavam a junção do novo ambiente com antigos costumes, buscando na organização de novas vilas manter a cultura de seu país de origem. No caso em específico, Porto Feliz manteve-se a cultura alemã.

O início do século XX, em seu contexto mundial foi fortemente abalado em decorrência da Primeira Guerra Mundial, dentre estas nações uma das grandes afetadas foi à Alemanha que saiu como derrotada neste conflito, o que segundo René Gertz⁶⁸ impulsionou uma nova fase de imigração para as novas colônias brasileiras. É a partir deste contexto que a colonização do extremo oeste catarinense passou a ganhar mais força em 1924, que segundo Marion “acordos diplomáticos e comerciais entre o velho e o novo mundo são realizados a favor de um reordenamento geográfico da população”,⁶⁹ quando finalmente os imigrantes vinham ao encontro da nova e desconhecida pátria.

Junto deles, estes primeiros imigrantes trouxeram as lembranças de seus momentos na Alemanha já bastante afetada pela crise no pós-guerra. Como podemos perceber no relato de Paul Friedrich Ramminger:

E o pior desta história de criança foi que nós estávamos sempre com fome. Neste período aconteceu a I Guerra Mundial e a Alemanha não tinha mais mantimentos suficientes para matar a fome de toda sua população. [...] Eu era muito magro subnutrido, e assim também, eram todos os colegas.⁷⁰

Paul que nasceu na Alemanha em 1909 chegou ao Brasil com seus pais e irmãos em 1921. Apresenta um complexo relato de viagens realizadas por seus pais, até decidirem viajar para o Brasil e se estabelecerem nesta nova colonização. Mas este não é o único relato que apresenta a crise como fator determinante para a vinda de alemães ao Brasil. Carl Hermann Weiss nascido em 1926 em Mondai, que descreve suas memórias a partir dos relatos da vinda de seus pais Friedrich Volkmar Weiss e Cristina Bárbara Schmidt Weiss, vindos de Württemberg e Gera na Alemanha, de passagem por colônias do Rio Grande do Sul até se estabelecer em Porto Feliz. Carl relata a escolha de seus pais para saírem da Alemanha.

⁶⁷ WERLE, André Carlos. Jesuítas alemães e o projeto de uma colônia étnica e religiosamente homogênea no extremo oeste catarinense: porto novo (Itapiranga). **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Ano 16, n 15, 2002.

⁶⁸ GERTZ, René. **O Perigo Alemão**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1991.

⁶⁹ MAGALHÃES, op. cit. 1993. p. 51.

⁷⁰ FRANSSEN, op. cit. p. 15.

“escolheram esse país porque a Alemanha passava por uma grande crise e para viver estava muito difícil”.⁷¹

Neste contexto de uma Europa fragilizada, o Brasil se sobressaiu apresentando aos imigrantes uma nova possibilidade em terras desconhecidas. As facilidades desta mudança se limitavam aos tramites legais para a imigração, já que os colonos que se dispuseram a adentrar as regiões de mata fechada assim como o interior no estado de Santa Catarina encontraram muitas dificuldades para se estabelecer.

Mesmo com a significativa quantidade de relatos apontando sobre as dificuldades dos colonos em chegar e fazer o uso das terras de Porto Feliz, poucos são as falas que retratam o abandono das terras e retorno de imigrantes em busca de uma situação diferente da encontrada na vila, assim como destaca Lydia Balmer Lehrbach que ainda criança veio com seus pais morar na colonização de Mondai, “Meu Pai jamais pensou em voltar para a Alemanha. Trabalhou muito aqui. Queria terra e mais terra conseguia”.⁷² Este parecer sobre o contentamento com a aquisição das terras também é apontado por Othon D’ Eça em sua passagem por Mondai em 1929.

Sinceros, quase ingênuos, gratos ao bom Deus que os arrancara da Europa faminta, sulcada de rancores e misérias, para a fartura e hospitalidade fraternal das terras brasileiras, esses colonos sentiam-se felizes na sua vida nova, entre homens que não os repeliam, numa gleba que se abria para eles em searas ricas e boas. E ali estavam, unindo à alma brasileira as suas almas, praticando do nosso júbilo e nele florescendo como uma nova flor de ternura e gratidão.⁷³

A possibilidade de trabalhar nas terras adquiridas e partir deste trabalho obter maior capital agradou aos imigrantes que chegavam ao extremo oeste catarinense. Também o trabalho desenvolvido por diversas companhias colonizadoras para a organização e venda da terra consolidou para a permanência destes colonos.

⁷¹ FRANSSEN, op. cit. p. 107.

⁷² FRANSSEN, op. cit. p. 147.

⁷³ D’ EÇA, op. cit. p.55.

3 COLONIZAÇÃO AS MARGENS DO RIO URUGUAI: A VILA DE PORTO FELIZ

A chegada dos imigrantes tornou-se tão intensa, que podia ser comparada a uma moderna migração em grande escala. Ininterruptamente caminhões de carga transportavam família de colonos até o Rio da Várzea, onde as suas bagagens, depositadas ao ar livre, elevaram-se aos montões. A partir dali, a viagem em canoas sobrecarregadas, pelas perigosas e turbulentas águas do Rio da Várzea e do Rio Uruguai, constituía-se na aventura do século.

A colonização de Porto Feliz será abordada neste segundo capítulo, na qual busca-se apresentar o respaldo do crescimento da vila em meio à colonização do extremo oeste catarinense. Relataremos ainda à chegada dos primeiros colonos a nova vila, apresentando a partir da venda de lotes rurais, os meios para instalação e ocupação da região considerada “sertão” por aqueles que já ouviam falar desta região desde 1922.

Ainda, buscar-se-á compreender como se deu a concessão de terra à empresa Chapecó-Peperi e a partir disso entender como ocorreu o início dos investimentos na ocupação destas terras. Também objetiva-se uma maior compreensão da economia de subsistência a partir da extração da madeira e da agricultura; da religiosidade que veio acompanhar os migrantes na organização da vila e das percepções destes primeiros moradores em relação ao meio de convívio.

3.1 A ATUAÇÃO DA CHAPECÓ-PEPERI LTDA EM PORTO FELIZ

As terras que se localizam a oeste do “Velho Chapecó” até a fronteira com a Argentina, antes de um avanço colonizador, eram cobertas por densa mata e contava com poucos moradores. O processo de colonização que iniciou-se no estado do Rio Grande do Sul foi impulsionado de maneira controversa para a outra margem do rio Uruguai, no estado de Santa Catarina, ocasionando à ocupação do extremo oeste catarinense.

De acordo com Arthur Ferreira da Costa⁷⁴ podemos perceber que a entrega das terras catarinenses para as empresas privadas se tratou de um bom negócio para o governo catarinense, levando-se em consideração a comparação de Costa com o estado do Rio Grande do Sul.

Na margem Catharinense, a contar de alguns annos, vêm-se formando nucleos coloniais muito apreciáveis, [...] Explica-se a diversidade de progresso, observada

⁷⁴ COSTA, op. cit.

em uma e outra margem, porque, do nosso lado, as terras que são fertilíssimas, estão sendo divididas em lotes e povoadas, enquanto que o governo riograndense conserva as suas completamente devolutas.⁷⁵

Mesmo com este relato de Costa no ano de 1929⁷⁶ podemos compreender a partir dos relatos memorialistas de Arno Koelln⁷⁷, como já nos primeiros anos de colonização a venda de terras em Porto Feliz obteve tamanho crescimento. As colonizadoras que estavam adentrando nas terras do Rio Grande do Sul, e também os colonos de origem⁷⁸ não receberam o apoio esperado do estado para explorar a encosta do rio Uruguai pertencente ao mesmo, ficando essas terras sob a posse do estado. Com a população densa instalada nas terras rio-grandenses e a falta de lotes territoriais para serem comercializados aos novos colonos, surgiu a necessidade de um investimento em uma nova ocupação, assim a possibilidade de colonizar as terras do lado catarinense mostrou-se em um momento ideal para um amplo crescimento. A região a ser explorada faz parte da imensidão do interior do município do “Velho Chapecó”.

A ideia de comercializar essas terras ainda pouco exploradas no território brasileiro, segundo relato de Arno Koelln⁷⁹ começou a surgir para os imigrantes vindos da Alemanha e fixados há anos no Rio Grande do Sul. A partir de então, o primeiro passo foi o de conhecer a região, sendo que os primeiros a iniciarem os investimentos nas terras de Santa Catarina se encontravam estabelecidos no Rio Grande e enxergavam as terras da futura vila de Porto Feliz como uma possibilidade de lucrar com seu crescimento. Segundo Koelln:

Fredrich Kreiser, Hermann Flad, Adolfo Stangler, Anton Honaiser e Hermann Faulhaber partiram no início de dezembro de 1919 de Nonoai-RS, [...] Desceram o rio Uruguai com o improvisado meio de transporte a fim de tomar o primeiro contato com a terra de seus sonhos⁸⁰.

Percebemos a busca do imigrante em encontrar e adquirir uma terra fértil e acessível para nela constituir sua família, estabelecer-se e buscar “fortuna”. Esta viagem de reconhecimento deu início a colonização desta imensidão pouco explorada no interior do município de Chapecó.

Desta forma, em 12 de dezembro de 1919 foi registrado em Curitiba – PR o contrato e escritura de compra entre a Companhia Estrada de Ferro São Paulo/Rio Grande (Brazil

⁷⁵ COSTA, op. cit.

⁷⁶ Ano da viagem para reconhecimento do interior do estado de Santa Catarina realizada pela comitiva governamental de Adolfo Konder.

⁷⁷ KOELLN, op. cit.

⁷⁸ Colono de origem é a categoria nativa para a população da área rural, descendente de europeus.

⁷⁹ KOELLN, op. cit.

⁸⁰ Ibid. p. 30.

Development) e a empresa colonizadora Chapecó-Peperi Ltda. A área de terras compreendia os rios Chapecó e Peperi – Guaçu no município de Chapecó, com estimativa de 20.978 lotes coloniais de 25 hectares cada. Mesmo após o contrato de compra lavrado, a colonizadora se comprometeu em realizar o projeto de colonização, o qual segundo Koelln,⁸¹ somente em assembleia no dia 24 de abril de 1924 deu-se a definição para o início da colonização entre o Rio das Antas e o Rio Peperi – Guaçu, onde pretendia erguer uma colônia de alemães protestantes.

Segundo Alceu Werlang,⁸² o embargo realizado pelo estado de Santa Catarina as concessões feitas antes da assinatura do acordo de 1916 ocasionou enormes prejuízos para as empresas Brazil Railway, detentora da terra, e Chapecó-Peperi, que passa a adquirir parte desta terra para dar início à colonização de Porto Feliz. As alterações realizadas sob este contrato se devem, segundo Werlang:⁸³ “ao fato da Brazil Development ter perdido as terras previstas no primeiro contrato para a Empresa Oeste Catarinense”, ficando Chapecó-Peperi com enormes prejuízos e o atraso para a definição dos limites territoriais.

Independente da estrutura com que foram recebidos os colonos, podemos considerar como data de fundação de Porto Feliz 20 de maio de 1922, momento que também marcou o início da colonização do extremo oeste catarinense. Temos este marco de fundação devido a ser este o dia em que Hermann Faulhaber chegou ao local que foi definido como sede da vila e também, o início da colonização da empresa Chapecó-Peperi. O nome Porto Feliz também teria sido sugerido por Faulhaber, que na posição de diretor da companhia colonizadora, teve a sugestão aceita. Dava-se assim o início à colonização de Porto Feliz, que a partir desta data passaria a receber migrantes e imigrantes para tomar posse das terras e buscar se desenvolver economicamente e promover o crescimento da vila.

A colônia de Porto Feliz com sede em Monday vai ser descrita por Boiteux⁸⁴ jornalista e escritor o qual visitou Porto Feliz durante a viagem de 1929 como “o núcleo colonial mais poderoso de quantos fructificam neste valle bíblico”. O principal atrativo para o grande volume na venda de terras e a densa massa migratória foi a propaganda desenvolvida por estas empresas colonizadoras, as quais segundo Radin⁸⁵ exaltavam “o potencial das novas terras, os imensos recursos naturais, as grandes oportunidades de futuro, a fertilidade do solo, o preço baixo das terras e as facilidades nas condições de pagamento”.

⁸¹ KOELLN, op. cit.

⁸² WERLE, op. cit.

⁸³ Ibid, p. 47.

⁸⁴ BOITEUX, op. cit. p. 97

⁸⁵ RADIN José C. VALENTINI Delmir J. ZARTH Paulo A. **Um olhar sobre a colonização da fronteira sul.** UFFS. Chapecó. 2015.

Inicialmente podemos perceber que o método utilizado em propagandas relacionadas à terra estavam apresentadas como um convite a conhecer Porto Feliz e Porto Novo. A comitiva que partia do Rio Grande do Sul se comprometia em levar qualquer pessoa com interesse em adquirir as terras na região. Importante ressaltar que mesmo com as expedições para conhecer as terras, muitos lotes territoriais foram vendidos sem um conhecimento prévio da localidade, usando como parâmetro de compra a propaganda efetiva das colonizadoras.

Viagem para conhecer as terras de Porto Novo e Porto Feliz. Depois da Páscoa realizarei uma viagem, como guia autorizado de um grupo numeroso de colonos católicos e evangélicos interessados em comprar terras nas áreas de Porto Novo e Porto Feliz, respectivamente. Aqueles que ainda querem se integrar ao grupo, deverão estar no Hotel Müller, em Santa Maria, o mais tardar sábado, dia 10 de abril. A longa viagem será iniciada na manhã seguinte. Trazer o poncho⁸⁶.

Assim como as viagens para o reconhecimento das terras comercializadas, de acordo com Werle⁸⁷, o uso de propaganda para o convencimento dos potenciais compradores foi amplamente usual para o fortalecimento das vendas destes lotes territoriais. As informações vinculadas às novas áreas de terras ressaltavam a abundância de madeira, a acessibilidade ao local com o trajeto do rio Uruguai, a fertilidade da terra e condições favoráveis para o plantio, mas ficavam omitidas as informações relacionadas à falta de caminhos bem estruturados em via terrestre para a chegada a nova colônia. Também a propaganda fazia uso de diferentes colônias de uma mesma colonizadora com o intuito de movimentar diferentes grupos étnicos ou religiosos para diferentes regiões, como podemos perceber na imagem abaixo em que a empresa Chapecó-Peperi apresenta suas propostas em um cartaz na língua italiana.

⁸⁶ ROHDE, 2011, p. 30. Apud ROHDE, Maria W. **Espírito pioneiro: a herança dos antepassados**. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

⁸⁷ WERLE, op. cit.

Imagem 1 – Propaganda da empresa colonizadora Chapecó-Pepery Ltda

**COLONIZZAZIONE
CATTOLICA**
(non si ricevono protestanti)
Chapecò Pepery Limitata
Due centri: Porto Feliz e Porto Novo
STA. CATHARINA
Il rio Pepery fa divisa coll'Argentina.
14.000 COLONIE

VANTAGGI: Tutte le colonie si possono attraversare in auto per strade già esistenti. Qualunque colono che avendo comprato si trasferisce in quel luogo avrà per 3 mesi la casa e abitazione *gratis* finché abbia costruito casa propria.

La Compagnia di accordo col governo di Sta. Catharina volendo favorire la rapida colonizzazione, ha stabilito prezzi ben moderati.

TERRE: Le terre in generale sono comode e piane, con acque abbondanti, fertili, si prestano ad ogni coltura con clima salubre e temperato. Vi sono terre di pignali meno forti e terre di matto branco ricche di madeira de lei ed atte alla produzione dell'alface e canna da zucchero.

PREZZI: I prezzi sono da 2 contos a 3 contos 500 milreis conforme la colonia di 10 alqueires, con 18 mesi di *prazo* per il pagamento, col giuro di 6 per 100. Chi paga a vista gode uno sconto di 10 per 100.

Scrìttoio in PORTO FELIZ di Sta. CATHARINA,
agente generale: Sr. Carlos Edmundo Biel.
Subagente in GARIBALDI: Sr. Carlos A. de Moraes Johann. 140 (17.a)

Fonte: Staffetta Riograndense. Garibaldi 25/12/1929⁸⁸.

Quanto à larga utilização desse artifício propagandístico podemos destacar a importância da ação das companhias colonizadoras a partir da contribuição de Eunice Sueli Nodari:

Após termos discutido as diferentes formas de propaganda e a ação das colonizadoras com seus vários métodos, a argumentação mais consensual de que as migrações de grupos, oriundos do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, ocorreram por causa da escassez de terras, torna-se uma explicação muito simplista, deixando muitas questões em aberto. Não estamos questionando se havia terras excedentes ou não no Rio Grande do Sul. O que argumentamos é que a opção dos migrantes poderia ter sido por outra área, Estado ou ainda por outro trabalho no Estado de origem, e que pesou sobremaneira na sua escolha, a propaganda feita pelas

⁸⁸ RADIN José C. VALENTINI Delmir J. ZARTH Paulo, op. cit. p. 163.

companhias colonizadoras, nas suas mais variadas formas, sobre as vantagens do Oeste de Santa Catarina⁸⁹.

Notamos que não se sabe ao certo os motivos que levaram a migração de colonos do estado vizinho para o oeste catarinense, mas fica evidenciado por meio dos escritos de Eunice⁹⁰ que os métodos de convencimento das colonizadoras sobre as terras em questão foram concisas e convincentes. Como confere o relato de Carl Hermann Weiss, “Havia muita divulgação e propaganda em jornais da nova colonização que estava acontecendo em Porto Feliz, no oeste de Santa Catarina”.⁹¹ Já o relato da memória de Flortilda de Moura nascida em 1915 em Soledade - RS retrata a presença das propagandas ainda em 1926, ano em que seu pai decidiu se mudar com toda a família à Porto Feliz, “Meu pai se influenciou pela propaganda da empresa Stangler, para a qual Faulhaber vendia terras boas e férteis na região, dizia que Santa Catarina era muito bom. [...] Entusiasmada minha família vendeu tudo o que tinha e sem conhecer, veio para Porto Feliz, no ano de 1926”.⁹²

Por fim, segundo Mayer⁹³ a prometida colonização com terras de alta qualidade para o cultivo em Porto Feliz e Porto Novo, se estabeleceu criando muitas perspectivas para um futuro melhor. A organização a partir da venda das terras para aqueles que compuseram um perfil desejado por esta colônia foi apontado como principal motivo para o bom desenvolvimento. Já Othon de D’Eça, vai atribuir aos diretores da companhia colonizadora o sucesso deste crescimento.

Acabo de ser apresentado aos srs. Stangler e Kreisser, diretores de Mondaí [...] São dois cavalheiros de modos calmos, com uma noção inteligentemente pratica do problema colonizador e muito radicados ao Brasil. Falam-me longamente, com uma preocupação gramatical notável a aquele espirito de especialização que é espelho mágico da raça. Fiquei tudo sabendo de Mondaí.⁹⁴

Desta forma o relato de Othon também colabora com a formação da memória coletiva atribuindo aos colonizadores um patamar de grandes homens, os quais buscaram e desenvolveram grandes feitos para a construção da vila.

Podemos perceber um projeto de colonização com diversas alterações no transcorrer dos anos. A vila de Porto Feliz conseguiu um significativo crescimento inicial, mas com

⁸⁹ NODARI, Eunice Sueli. **A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina** (1917-1954) Porto Alegre. 1999, p. 68.

⁹⁰ Ibid.

⁹¹ FRANSSEN, op. cit. p. 107.

⁹² Ibid. p. 124.

⁹³ MAYER, Leandro. **Terras cultiváveis de primeira classe: as propagandas sobre a colônia Porto Novo** realizadas pela Volksverein na década de 1920. *Temática*. Passo Fundo, v.7, n.2, 2016, p. 173-190.

⁹⁴ D’EÇA, op. cit. p.52.

variáveis em seu percurso. Seu empenho na venda de terras conferiu uma imagem negativa principalmente, pois muitas das informações repassadas não condiziam com a realidade, ocasionando diversas formas de frustrações, mas poucas vezes estes colonos apresentavam condições de abandonar seus investimentos e partir e busca de novas terras.⁹⁵ Assim buscaremos compreender como será a relação destes colonos após a chegada em Porto Feliz.

3.2 IMIGRANTES E MIGRANTES: OS PRIMEIROS COLONOS

Neste ponto é importante destacar que a colonização de Porto Feliz ao receber grande contingente populacional se deparou com diferentes formas de migrações e imigração⁹⁶. As imigrações se fizeram presentes por aqueles novos colonos vindos da Europa, principalmente da Alemanha, os quais adentraram por Porto Alegre – RS seguindo a Panambi ou Iraí e posterior a Porto Feliz.

A vinda de imigrantes alemães já apontada ao relatar o contexto deste período de colonização também é percebida em relatos memorialista destes primeiros colonos. Devemos apontar conforme Nora, que “esse narrar da história sob o impulso conquistador e erradicado da história, tem como que um efeito de revelação a ruptura de um elo de identidade muito antigo”.⁹⁷ Assim percebemos relatos compostos por apenas um viés da história, aquela vivenciada e relatada por aqueles que vivenciaram este período, assim como Arno Koelln que descreve o motivo das imigrações da seguinte forma para os registros na obra “Desbravando Caminhos”.

A vinda dos europeus para o Brasil se deu sob dois pontos de vista econômicos: a imigração que supera a necessidade de latifundiários com a mão de obra escrava no trabalho de suas fazendas de café na região sudeste e a imigração espontânea, dos brancos, na região sul para ocupar espaço geográfico que ali tinha entre as grandes estancias de gado⁹⁸.

A vinda de imigrantes europeus já era incentivada desde 1820 com o intuito brasileiro de “branquear” a população brasileira, mas segundo Brepohl⁹⁹ as levadas de imigrantes

⁹⁵ WERLE, op. cit. p. 179.

⁹⁶ Migração: movimento de entrada ou saída de indivíduos em países diferentes ou dentro de um mesmo país (de um estado para o outro, de uma cidade para a outra, etc). Imigração: entrada de estrangeiros em um país; estabelecimento de indivíduos em cidade, estado ou região do seu próprio país, que não é de sua origem ou país que também não é de sua origem.

⁹⁷ NORA, op. cit. p. 8-9.

⁹⁸ FRANSSEN, op. cit. p. 70.

⁹⁹ MAGALHÃES, op. cit. 1993. p. 52.

numericamente não foram significativas se comparados a outras nacionalidades. Mas ainda segundo a autora, o empenho em manter casamentos consanguíneos e sua alta taxa de natalidade deu maior respaldo a esse grupo de imigrantes nos três estados do sul, principalmente em questões de formação social e crescimento econômico devido ao trabalho realizado por estas populações.

Paul Ramminger também relata a condições de imigração facilitada a partir de 1916.

Essa imigração interessava muito ao governo brasileiro, o país precisava ocupar as regiões interioranas e a expansão da cultura em grande escala, tudo por interesses econômicos e por outro lado não havia população suficiente para povoar, além do mais, esses imigrantes iriam fazer uma nova cultura no país.¹⁰⁰

A possibilidade facilitada de alemães se transferirem ao Brasil vai se manter segundo Berstein e Milza¹⁰¹ até o início da Segunda Guerra Mundial, representando uma forte mudança na forma em que ambos os países pensaram a política de imigrações.

Os relatos de Arthur Costa em sua viagem com a comitiva de 1929 aponta a presença de grande quantidade de imigrantes vindos da Alemanha, alguns deles com significativa relevância social em seu país de origem a serem relatadas, “Em Monday se encontram muitos officiaes da armada e do exército da Allemanha imperial, dentre elles o comandante e o artilheiro do submarino que torpedeou Luzitania, engenheiros chimicos, professores”,¹⁰² podendo assim, concluir que as condições da Alemanha e a facilidade da imigração colaboraram com a vinda de cidadãos às terras catarinenses.

Esta primeira onda de imigração estendida até 1916 para este estudo gerou um contingente populacional elevado nas devidas colônias do sul já estruturadas, partindo-se daí um forte movimento migratório após o início da colonização da região contestada. As colônias do Rio Grande do Sul que tinham um excessivo contingente de novos imigrantes possibilitaram a evasão de migrantes destas regiões de influência para a colonização de Porto feliz.

Segundo os registros da obra “Desbravando Caminhos”,¹⁰³ os novos colonos que adquiriram terras em Porto Feliz de origem alemã, já estavam estabelecidos ou seus pais estavam residindo em Arroio do meio, Anta Cruz do Sul, Passo Fundo, São Sebastião do Caí, Sobradinho, Soledade. Estes colonos partiram destas colônias mais antigas em busca de novas

¹⁰⁰ FRANSSEN, op. cit. p. 19.

¹⁰¹ BERSTEIN. Serge; MILZA. Pierre. **História do século XX 1900 1945 O fim do “Mundo Europeu”**. Nacional, 1. ed, São Paulo, 2007.

¹⁰² COSTA, op. cit. p. 33.

¹⁰³ FRANSSEN, op. cit.

terras. Muitos são os relatos de que se ouvir falar de Porto Feliz, onde se teria abundância de terra, com baixos valores para aquisição e facilidade de pagamento. Também como é relatado por Ludwigh Schragler “Meu avô veio para cá pelo fato de ser uma colônia recém iniciada. Onde morávamos em Sobradinho, RS, havia superpopulação, sem espaço para todas as pessoas”,¹⁰⁴ fator importante que colaborou para a crescente venda de terras das novas colônias do extremo oeste catarinense.

A chegada de novos moradores foi tão intensa neste período que pode ser percebida a partir do registro de venda de lotes territoriais do ano de 1924 na colônia de Porto Feliz, onde foi registrada a chegada de mais de 320 famílias de acordo com o levantamento de Arno Koelln¹⁰⁵. Em sua fase final, a chegada destas famílias a Porto Feliz foi realizada por vias fluviais. Inicialmente os migrantes ou imigrantes que tiveram como ponto de partida cidades do Rio Grande do Sul, começava sua viagem com o auxílio de carroças ou caminhão, mas a partir do rio da Várzea essa viagem deveria ser realizada com embarcações improvisadas, conforme fotografia 1. Navegando o rio da Várzea e rio Uruguai chegariam à colônia de Porto Feliz. As embarcações podem ser visualizadas nesta fotografia disponível na casa da cultura da cidade de Mondai.

¹⁰⁴ FRANSSEN, op. cit. p 203.

¹⁰⁵ KOELLN, op. cit.

Figura 1 – Embarcação em tronco de árvore para a descida do rio Uruguai e chegadas de novos moradores a Porto Feliz [S/A].



Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Mondai – SC.

Nessa fotografia visualizamos o uso de uma barca improvisada para descer as corredeiras do rio Uruguai, fator este que deixava esta migração ainda mais perigosa. Percebemos com a imagem e também com os relatos, que famílias inteiras e seus pertences desciam o rio na mesma embarcação com a intenção de constituir uma nova vida na colônia. Não são incomuns os relatos de acidentes com estas barcas, ocasionando a perda de bens e utensílios e também algumas mortes. Aqui se apresenta o primeiro obstáculo que as informações e propaganda das companhias colonizadoras falsearam para realizar a venda das terras atraindo novos colonos.

Durante o ano de 1924 com a chegada de novos colonos, mesmo com uma instalação de serraria na colônia e pessoas trabalhando intensamente, não era possível produzir madeira necessária para a construção das casas daqueles que lá chegavam. Koelln¹⁰⁶ informa que muitas madeiras que foram utilizadas nas primeiras moradias de Porto Novo vieram por vias

¹⁰⁶ KOELLN, op. cit.

fluviais de Nonoai, as quais já na descida do rio auxiliavam na construção e estabilização da barca.

Como ficava sob a responsabilidade da empresa colonizadora viabilizar estradas, construir igrejas e outras construções de uso comum, em Mondai os primeiros colonos que se instalaram por orientação da direção da colonizadora foram convocados para a construção do barracão do imigrante, que seria uma construção de grande porte, que de acordo com relatos, serviu para abrigar os colonos que chegavam em Porto Feliz até que conseguissem organizar a sua colônia de terras e sua morada¹⁰⁷.

Contudo como registra Koelln,¹⁰⁸ o ano de 1924 teve mais de 500 lotes territoriais vendidos, cada lote com aproximados 25 hectares de terra. Essa grande quantidade de novos colonos sobrecarregou de início a organização do barracão do imigrante, que como vemos no registro fotográfico 2, o acampamento ficou improvisado ao entorno do barracão do imigrante para acolher a todos que chegavam.

Figura 2– Acampamentos improvisados ao entorno do galpão do imigrante [S/A].



Fonte: Acervo da casa da cultura de Mondai – SC.

A chegada de grande contingente migratório também sobrecarregou a sociedade a partir de seus recursos essenciais, os quais devido à falta de alimentos, estimulou a direção da

¹⁰⁷ KOELLN, op. cit.

¹⁰⁸ Ibid.

colonizadora na busca de uma barca motorizada para melhor abastecer a vila. O barco a motor Otto que já era um dos objetivos da companhia colonizadora desde 1923, foi entregue aos cuidados dos irmãos Veit e Sepp Porsch no final do ano de 1923. A embarcação de dois metros de largura por nove de comprimento deveria realizar o transporte do rio da Várzea a Porto Feliz com alimentos e o transporte de pessoas.¹⁰⁹

Podemos também perceber a partir da figura 2 a permanência da cultura alemã a partir das construções, que vai tomar a forma de um símbolo identitário. A partir do momento que os colonos iniciaram as construções de suas casas, ou construções de uso comum neste caso o barracão do imigrante, pode-se perceber que estas construções tiveram a cumeeira com um ponto bem elevado, proporcionando um telhado com maior caimento, muito semelhante às construções europeias. Mas estas construções só começaram a surgir de maneira mais evidente após a construção e instalação com funcionamento ininterrupto da serraria de Porto Feliz, para que além da venda das torras de madeira, os colonos conseguissem trabalhar a madeira de maneira mais precisa para as construções da vila ou comercialização de produto.

Muitos dos imigrantes ao chegarem em Porto Feliz já buscavam se direcionar para sua área de terra. Conforme relatou Paul¹¹⁰, inicialmente era feita a derrubada da mata, construíam suas próprias moradias e principalmente explorava-se a terra para a obtenção de lucro, este lucro principalmente a partir da extração da madeira.

O ano de 1924 foi de forma surpreendentemente animador para a colonização de Porto Feliz. O grande número de novos colonos que ali chegaram e se instalaram, com certeza, animou o povoado sobre a perspectiva do desenvolvimento. Podemos destacar neste ano a partir do relato de Paul Friedrich Ramminger, junto à obra de Maria Fransse¹¹¹, a chegada de sua família, a qual seu pai que abriu mão do cargo de pastor remunerado em Neu – Wurttemberg para seguir à Porto Feliz e trabalhar em suas duas colônias de terras a pouco adquiridas, após a chegada de seu pai, Karl Friedrich Ramminger assumiu o papel de líder espiritual do Povoado de Porto Feliz.

Paul¹¹² relata sua viagem de mais de cinco dias até chegar a Porto Feliz. Após a chegada, a família é abrigada na casa de alguns familiares, pois de acordo com o relato de Paul “No barracão dos imigrantes, pertence a empresa, não havia mais lugar, estava completamente lotado”.¹¹³ O trabalho com a terra iniciou-se de maneira rápida como fizeram

¹⁰⁹ KOELLN, op. cit. p. 54.

¹¹⁰ FRANSSEN, op. cit.

¹¹¹ Ibid.

¹¹² Ibid.

¹¹³ KOELLN, op. cit. p. 74.

todos os novos colonos, chegar até as suas terras e construir seus próprios barracos temporários para com o tempo buscar desenvolver construções mais organizadas. De início, em Porto Feliz os colonos recebiam apenas a quantidade de terras que poderiam a partir da mão – de – obra familiar tornar produtora¹¹⁴.

A recepção de novos colonos foi pensada pela companhia colonizadora que buscou organizar meios para instalação temporária destes indivíduos e suas famílias, mas um ponto do qual não foi pensado neste projeto para colonização foi a presença de posseiros na região e posteriormente as travessias populacionais que passavam por Porto Feliz.

3.3 “DEUS É GRANDE, PORÉM O MATO TAMBÉM”

Deus é grande, porém o mato também foi proferido do Zeca Vacariano, lembrado com ênfase nos relatos dos primeiros colonos que chegaram ao extremo oeste catarinense dizendo que a região antes deste processo de colonização era retratada como o faroeste brasileiro, conforme destaca Arthur Ferreira da Costa¹¹⁵ em seus relatos sobre a viagem de 1929, no livro “Oeste Catharinense - de Florianópolis a Dionísio Cerqueira”.

A situação do extremo oeste as margens do rio Uruguai era tão preocupante que nesta mesma viagem os governadores dos estados de Santa Catarina Adolfo Konder e Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul assinaram um acordo de ajuda militar mútua nas regiões de fronteira, assim as forças gaúchas e catarinenses poderiam agir em ambos os estados para tentar deter o banditismo.

Costa afirma a forte presença da violência no extremo oeste catarinense com seu relato durante a viagem de 1929 dizendo, “As estradas e picadas são macabramente povoadas de túmulos, em parte da zona que percorremos. São resultantes de motivos políticos, questões de terras, assumptos de honra, e em menor escala, do roubo”.¹¹⁶

Na colonização de Porto Feliz um fator que é muito relatado junto as memórias dos precursores da colonização é a presença nesta região de um morador na encosta do rio Uruguai. Os relatos de Arno Koelln¹¹⁷ apresentam Zeca Vacariano, este acusado de tomar de assalto um trem, dominando e assassinando grande parte dos ocupantes, para poder realizar os pagamentos para seu bando. Independentemente do conhecimento da sua fama, Zeca

¹¹⁴ Ibid. p. 79.

¹¹⁵ COSTA, op. cit.

¹¹⁶ Ibid. p. 60.

¹¹⁷ KOELLN, op. cit.

Vacariano foi representar junto a nova colonização de Porto Feliz os balseiros e controlar os empregados na descida da madeira até a Argentina¹¹⁸. Os mesmos relatos de Koelln apontam este bando como foragidos da justiça, que em Porto Feliz faziam uso de sua força de trabalho, conviviam de forma pacífica e costumavam dizer “Onde não há acusador, também não há juiz.” Mas o dizer mais popular deste bando é o que intitula este capítulo, “Deus é grande, porém o mato também. (Alguns chegavam a dizer “Maior ainda”).”¹¹⁹

A presença de homens de fama na região de Porto Feliz foi corriqueira devido a esta instalação de Zeca Vacariano antes mesmo do início das empresas colonizadoras. Os líderes da colonizadora Chapecó-Peperi Ltda, já conheciam as histórias deste senhor que ocupava as terras e controlava a extração da madeira, fato que fez de Zeca Vacariano aliado dos expedicionários e colonizadores de Porto Feliz. Porém mesmo com a presença destes indivíduos a colonização aconteceu de maneira pacífica, como apontada em relatos dos primeiros colonos na região, “O Zeca era boa gente para aquele que lidava de bom com ele”.¹²⁰

A existência de homens de fama em Mondai é intensificada nos anos de 1925 e 1930, os quais respectivamente devido a região de colonização ser toda de passagem da Coluna Prestes e serem perseguidos por forças militares, é também conhecida pela passagem das forças oposicionistas ao governo de 1930 que foram perseguidos por tropas legalistas. Ainda Arthur Ferreira da Costa relata em maio de 1929 que durante a expedição governamental na travessia entre Monday e Dionysio Cerqueira, “famosa por haver sido caminho de bandoleiros e forças legais, em períodos precedentes de calamitosos movimentos subversivos e rapinantes”,¹²¹ representava os perigos da colonização isolada em relação aos pontos de ação das forças estaduais. De acordo com os relatos de Koelln¹²² ambas as passagens nos territórios de Porto Feliz trouxeram grandes prejuízos à colonização e a população que por lá já estavam estabelecidas.

Os prejuízos para a colonização também foram apontados durante os relatos da viagem de 1929 por Othon D’Eça, “Mais uma vez, porém, sua vitalidade tem sofrido as

¹¹⁸ De acordo com Koelln (1980), a venda da madeira que passou a ser retirada em Porto Feliz foi vendida exclusivamente na Argentina, assim como todas as demais colonizações as margens do rio Uruguai o acesso por via fluvial e auxílio de balsa foi o mais utilizado.

¹¹⁹ KOELLN, op. cit.

¹²⁰ FRANSSEN, op. cit. p 148.

¹²¹ COSTA, op. cit. p. 40.

¹²² KOELLN, op. cit.

consequências de invasões rebeldes, que dilaceraram sua fortuna, subverteram o seu trabalho rural, talaram suas messes e seus campos, semeando a miséria por todos os seus casais”.¹²³

José Arthur Boiteux ainda descreveu. “Primeiro, Carlos Prestes, que lhe deixou, ainda, como um tributo macabro, latejando nas águas do rio das antas, os germes contaminados de typho. Depois, Leonel Rocha e a sua horda vandálica e mal trapilha”.¹²⁴

Estes relatos realizados por comentadores na viagem de 1929 apontam os fatos ocorridos nesta colonização e fazem uma sutil sugestão dos danos causados por estas invasões. Já a memória local retratada por aqueles que vivenciaram esta experiência abrange uma riqueza maior de detalhes conforme registro de Arno Koelln.¹²⁵

Primeiramente a memória produzida em âmbito regional faz uma diferenciação entre as invasões relatadas. Koelln¹²⁶ registrou que no ano de 1925 com a passagem da Coluna Prestes os fatos que se desenrolaram ocorreram de maneira tranquila e pacífica, o mesmo não faz registros a saques, furtos ou abuso. Segundo o autor os itens alimentícios que foram consumidos por integrantes da coluna foram devidamente ressarcidos aos proprietários, mas diante da situação vivenciada nesta colonização, compreendemos que um ressarcimento monetário não possibilitava o sustento de diversas famílias durante longos meses até a próxima colheita, podendo-se enfatizar que os animais para consumo e trabalho assim como os alimentos produzidos representavam os itens de maior valor na vila.

Outro agravante da passagem da Coluna Prestes apontado por Koelln¹²⁷ e também Werle¹²⁸ foram as marcas deixadas por estes homens, que pelo caminho deixaram rastros formados por animais em decomposição. A falta de um cuidado específico com o descarte destes dejetos, o que certamente não era preocupação da época, fez com que os mesmos fossem largados as margens dos rios ou em meio a regiões de circulação humana o que desencadeou uma forte epidemia da febre tifoide. Carl Weiss relatou o sistema de ajuda mútua na tentativa de tratamento aos afetados, “Quando enfrentavam doenças tinham a vizinhança para ajudar”.¹²⁹ Mas a falta de preparo para o cuidado aos adoecidos por esta epidemia ocasionou diversos óbitos.

¹²³ D’ EÇA, op. cit. p.51

¹²⁴ BOITEUX, op. cit. p. 98.

¹²⁵ KOELLN, op. cit.

¹²⁶ Ibid. p. 65.

¹²⁷ KOELLN, op.cit.

¹²⁸ WERLE, op. cit.

¹²⁹ FRANSSEN, op. cit. p. 108.

A partir da obra de Arno Koelln¹³⁰ podemos perceber que as consequências das invasões revolucionárias, como a de 1930 e esta passagem da Coluna Prestes, em 1925, tiveram consequências semelhantes, mas a memória produzida aponta certo descontentamento maior com os movimentos revolucionários em comparação a Prestes, isso devido aos registros de abusos, saques e o desrespeito com a colonização local. Ainda, segundo o mesmo autor, após acalmar a epidemia de tifo, a vila voltou a se reorganizar, mas com a incidência das invasões por grupos revolucionários do Rio Grande do Sul, tornou-se mais difícil a venda de lotes territoriais a novos colonos.

Falando de memórias, compartilhamos aqui da concepção de Pollak¹³¹ ao se referir a memória coletiva, “Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é” assim buscamos compreender os registros de Arno Koelln¹³² como uma percepção geral destes acontecimentos, sendo que, por vezes sua obra é a única que apresenta acontecimentos mais detalhados sobre estas ocorrências. Percebemos em relatos individuais que buscam retratar acontecimentos positivos em seus discursos os quais enaltecem seu trabalho e deixam passar despercebidamente acontecimentos de importância significativa para a formação da vila.

É válido ressaltar que enquanto Koelln relata com detalhes os acontecimentos, os relatos de Othon, Arthur e José pouco fazem menção a epidemia de febre tifoide, possivelmente para que seus relatos não desestimulassem a compra de novas terras.

Assim, precisamos explicar como a Vila de Porto Feliz buscou se organizar durante os sete anos de sua colonização, para compreendermos como pode ser percebida esta região na passagem da comitiva governamental em 1929 onde os relatos obtidos destacam grande evolução desta colonização. “Colônia fundada em matta aberta ha sete annos, encontramos ali traços fortes de civilização, pela organização do trabalho, systematização das energias, ordem admirável”.¹³³ D’Eça em seus relatos busca valorizar o trabalho realizado nestas colônias de terras visitadas bem como fez com seus registros sobre Mondai, desta forma é de fundamental importância compreender como esta colonização se organizou durante os anos, para entender as vertentes diferenciadas de memória reproduzida por colonos e visitantes de Porto Feliz.

¹³⁰ KOELLN, op. cit.

¹³¹ POLLAK, op. cit. p. 8.

¹³² KOELLN, op. cit.

¹³³ COSTA, op. cit. p. 33.

3.4 A ORGANIZAÇÃO DA VILA PORTO FELIZ (1922-1929).

Mondaí tem uma vida latente, prodigiosa, que se desvenda ao primeiro olhar de análise e que se sente ao primeiro contato com o seu povo. Levantada entre o rio das antas e uma curva o Uruguai, num torrão ubérrimo é o núcleo colonial mais poderoso de quantos frutificaram neste vale bíblico, que se estende do rio do Peixe ao Peperi-Guaçu¹³⁴.

Muitos pontos pensados da organização de Porto Feliz não foram conforme planejado, fazendo-se necessária uma reorganização de ideias e objetivos. Diferente do relato de Othon sobre a vila, Porto Feliz teve diversas adversidades para se estabelecer durante os anos, possibilitando assim questionar-se já em 1929, a vida nesta localidade que se apresenta de forma latente e prodigiosa.

Mesmo com o bom crescimento inicial da colônia, a primeira base da colonização desmantelou-se. O objetivo da colonização que era para luteranos teve sua situação agravada e reprogramada a partir do ano de 1925 após a passagem da Coluna Prestes que deixou a vila com sérios danos. Segundo os escritos de Werle, “Corria o comentário nas antigas colônias que grupos de revolucionários haviam tomado o noroeste do Rio Grande do Sul e extremo oeste catarinense. Dizia-se que eram maragatos, bandoleiros ou revolucionários”.¹³⁵ Além destes, havia ainda o exército na busca por tropas revolucionárias, “Para se defender, organizaram-se em Porto Feliz e Porto Novo as Selbstschutz, as autodefesas. Mesmo assim não conseguiram evitar a invasão”.¹³⁶

Numa bela manhã de domingo, mais precisamente no dia 7 de novembro de 1926, quando deveriam ser realizadas as eleições, os moradores viram, para surpresa geral, sua cidade sitiada por oitenta a cem “vermelhos”. As pessoas mais influentes foram presas no escritório da Empresa onde, sob ameaça de serem degoladas, seriam forçadas a dar ajuda financeira para a revolução, já tida como vitoriosa. Leonel Rocha, procedente do Rio Grande do Sul, invadira a Colônia da Sociedade União Popular de Porto Novo, de onde sua infantaria levava cavalgaduras e armas de fogo dos colonos. Ao se dirigirem para Porto Feliz, encontraram na casa do agrimensor Mayntzhusen, situada nas margens do rio Macuco, o sócio da Empresa Herman Fiad, levando-o como refém.¹³⁷

Desta forma estes acontecimentos marcantes do início da colonização geraram preocupações as colonizadoras que buscaram se reorganizar em seu espaço. Como não havia na região força militar para a defesa da população e da propriedade e com a ameaça de novas

¹³⁴ D’ EÇA, op. cit.

¹³⁵ WERLE, op. cit. p.153.

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ KOELLN, op. cit. p. 60.

invasões, a venda dos lotes de terra diminuiu. Assim, a primeira medida implantada é a abertura da venda das terras para uma gama mais heterogênea da população. Além disso, outra estratégia foi adotada pelo estado para não prejudicar a região, que era a de não se comentar sobre os fatos que ocorriam, apontando alguns deles como boatos, ou buscava-se fazer uma abordagem mais positiva. A exemplo disso, temos os perigos da mata fechada, onde se relatava os perigos do rio Uruguai e a presença de onças a suas margens, ficando apenas registrado por Othon D' Eça¹³⁸ um breve relato dos perigos da mata quando este, com a comitiva de 1929 saiu de Mondai em direção a Dionísio Cerqueira.

Mesmo com muitas adversidades nestes anos iniciais de colonização, podemos perceber a sinergia entre os colonos os quais adentravam a colônia, assim como cita Giralda Seyferth sobre as colonizações nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina do século XIX:

A relativa ausência do Estado no âmbito assistencial, especialmente no período sob administração colonial, levou os colonos à formação de associações de auxílio-mútuo. [...] Passando por cima da realidade empírica de cada “colônia”, interessa registrar que a explicitação formal acerca do “sucesso econômico” das regiões coloniais do sul não só alimentou o discurso imigrantista brasileiro no último quartel do século XIX – apesar das dificuldades enfrentadas pelos colonos – mas pôs em evidência as peculiaridades étnicas de cada grupo nacional, em especial aquelas das “colônias alemãs”, visualizadas como irredutíveis a brasilidade¹³⁹.

Desta forma, a concepção da colonização para os colonos principalmente ao realizar uma análise de seus discursos memorialistas fica evidente a exaltação por este trabalho realizado durante os anos iniciais de povoamento. Esse discurso que busca enaltecer o trabalho na terra e o braço forte dos imigrantes conduzindo e organizando as atividades na colônia deve ser observado dos mais diversos vieses possíveis para uma compreensão aproximada de como a vila buscou se formar entre os anos de 1922 a 1929.

Partindo da premissa de Bourdieu¹⁴⁰, entendemos que o conceito de região o qual se delimita a Porto Feliz ficou restrito a uma colonização de alemães, baseada sob preceitos religiosos evangélicos. Desta forma a organização e convívio social da vila foram em torno do trabalho familiar e coletivo juntamente com a participação em celebrações religiosas ou eventos organizados com esta finalidade.

¹³⁸ D' EÇA, op. cit.

¹³⁹ SEYFRETHER, op. cit. 2000. p. 148.

¹⁴⁰ BOURDIEU, op. cit.

3.4.1 As relações e modificações dos colonos com o ambiente.

Análise o contato dos primeiros colonos com a região e como estes se relacionaram com o ambiente é ponto crucial para entendimento da formação da vila e como esta vila vai crescer e buscar estruturar-se até o ano de 1929.

Nesta região de terras no interior do estado de Santa Catarina, as quais foram adquiridas por diversas companhias colonizadoras a partir de 1916, podem ser divididas como fez Poli¹⁴¹ em três fases de ocupação do ambiente: indígena, cabocla e de colonização. Cada uma delas com objetivos diferenciados, tanto em parâmetros econômicos, o trato da terra, ou convívio social. O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é baseado no período de colonização da terra na vila de Porto Feliz, mas podemos perceber os traços anteriores apontados por Poli de ocupação da terra.

A colonização de Porto Feliz organizou-se sobre uma fatia de terras devolutas, considerada pelo estado aquele que detiveram a posse como inabitadas, fazendo-se assim um grande esforço em ocupar e povoar a região. Mas diferente deste entendimento do estado detentor das terras, os relatos dos primeiros colonos que adentraram a mata apontam que estas terras já haviam recebidos habitantes. Em um primeiro momento podemos apontar a presença indígena, na qual as tribos Kaingang deixaram rastro de sua presença às margens do rio Uruguai. Esta presença indígena apontada destaca traços da passagem destas populações, mas exalta que com o início da colonização não houve contato direto como aponta as memórias de Arno Koelln. “Mesmo sendo tudo mato não se encontravam índios na região. A única coisa que encontramos foram alguns utensílios estranhos, como panelas, achadas na lavoura que se abriam com o arado, isto muito tempo depois”.¹⁴²

Assim como a presença indígena, a existência do denominado caboclo por Jaci Poli¹⁴³ também pode ser percebida, a exemplo temos a figura do Zeca Vacariano visto anteriormente, antes mesmo da implantação da colônia e por diversos outros que passaram a viver na região para desenvolver diversos trabalhos, como abertura de estradas, ou como agrimensores, alguns deles permanecendo na colônia e incentivando parentes próximos a adquirir terras e morar em Porto Feliz como fez Gustavo Strägler.¹⁴⁴

Conforme Flores e Serpa, “a população descendente de índios, africanos e portugueses vivia do extrativismo e da agricultura de subsistência, contrastando com o ideal do Brasil de

¹⁴¹ POLI, op. cit. p. 1.

¹⁴² FRANSSEN, op. cit. p. 146.

¹⁴³ POLI, op. cit.

¹⁴⁴ Ibid. p. 125.

vocação agrícola”.¹⁴⁵ Assim fica evidente a necessidade de reforçar demograficamente o oeste de Santa Catarina com colonos de origem alemã ou italiana. Como Porto Feliz trata-se de uma colonização de alemães, são estes que estarão em contato com este novo ambiente desconhecido.

Segundo Monique Gärtner, “Há autores e autoras que acreditam que a distinção entre natureza e sociedade sempre existiu, e que ela varia no tempo e no espaço, já que as sociedades, ao longo de sua história abraçam natureza de maneiras distintas”.¹⁴⁶ Desta forma, as colonizações que abraçam a natureza de maneiras distintas proporcionam segundo Schama¹⁴⁷ uma “visão de história e de interpretação das relações de humanos com o mundo natural”, no entanto os relatos dos primeiros colonos fazem uma reprodução específica dos aspectos os quais tiveram contato.

Os rios para a colonização do oeste catarinense tiveram uma representação simbólica acentuada, são os rios que definiram alguns importantes limites territoriais. Porto Feliz tem forte ligação com os rios Uruguai e Peperi – Guaçu o que segundo Flores e Serpa¹⁴⁸ chama atenção devido ao status atribuído a um marco da natureza. A presença dos rios teve significativa importância por vários aspectos, primeiramente o estabelecimento de limites entre as terras, além disso, a presença do rio impunha uma barreira a qual apresenta dificuldades para ser ultrapassada, que é o perigo de navegação e o contato direto com a vila.

As dificuldades do manuseio das águas do rio Uruguai que faz divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul são apontados por Arno Koelln¹⁴⁹ que descreve a travessia da Coluna Prestes por essas águas, dizendo que somente foi possível com o uso de barco a motor o qual puxou por diversas vezes de uma margem a outra uma balsa improvisada para que todos os soldados pudessem atravessar. Os perigos das águas também são apresentados em relatos de Othon D’Eça¹⁵⁰ quando a comitiva governamental se depara com a necessidade de navegar, vivenciando momentos de tensão e angústia até a chegada em Porto Feliz.

Mas para uma abordagem a partir d’aqueles que necessitam de um contato direto e recorrente com as águas, a representação é de certa forma essencial para o desenvolvimento da colônia. Sendo assim, não é possível deixar de retratar a diversidade de peixes e

¹⁴⁵ FLORES, SERPA, op. cit. p. 216.

¹⁴⁶ GÄRTNER, Monique. **Alguns elementos para a construção de uma história ambiental do processo de “europeização” da paisagem do distrito de Entre Rios, Guarapuava, Paraná.** 2014. f. 74. Dissertação (Mestrado em história) - Universidade Estadual Do Centro-Oeste (Unicentro-Pr) Programa de pós-graduação em história, Irati, 2014.

¹⁴⁷ SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

¹⁴⁸ FLORES; SERPA, op. cit.

¹⁴⁹ KOELLN, op. cit.

¹⁵⁰ D’EÇA, op. cit.

abundância conforme relado de Lydia. “Como estávamos perto do rio, pescávamos muito, para termos alimento diferenciado. No rio se via peixes e mais peixes, sem condições para contar a quantidade e tamanho inacreditável”.¹⁵¹ Ao confrontar duas perspectivas distintas sobre o mesmo objeto percebemos que o processo de formação de memórias esta diretamente ligada a maneira que estes acontecimentos foram vivenciados.

Com o auxilio da figura 3, percebemos como os rios não foram a maior preocupação dos colonos na vila de Porto Feliz. Por se tratar de uma região de mata fechada a presença de animais selvagens também era intensa e apresentava perigos reais à colônia.

Figura 3 – A captura de uma onça-pintada [S/A].



Fonte: Acervo da casa da cultura de Mondai – SC.

Este registro da captura e abatimento de uma onça-pintada em Mondai não é o único, diversos relatos apresentam os perigos para este povoado. Novamente Othon¹⁵² ressalta em seu relato que em 1929 com a saída da vila em direção a Dionísio Cerqueira com a travessia de picadas entre meio a mata, o perigo com os animais silvestres se tornaria a nova preocupação desta comitiva.

¹⁵¹ Ibid. p. 44.

¹⁵² D' EÇA, op. cit.

Pode-se perceber outra importante distinção entre as observações memorialistas dos primeiros colonos estabelecidos ao confrontá-las com os relatos de José Arthur Boiteux, Othon D'Eça e Arthur Ferreira da Costa, os quais registraram a passagem da comitiva em 1929, que não se percebe em relatos dos colonos o mesmo entusiasmo registrado por estes viajantes. Enquanto a comitiva de 1929 buscava enaltecer a organização da vila no ano de 1929, conforme cita Boiteux “Duas praças, diversas ruas bem alinhadas, três hotéis, duas casas de diversões... Templos catholico e protestante. Correio e telegrapho. Illuminda a lluz elétrica”,¹⁵³ os relatos dos colonos apresentam seus momentos de lazer que se restringiam ao âmbito religioso, com grupos de estudos bíblicos e celebrações.¹⁵⁴

Estas diferentes visões sobre o modelo de povoamento implantado as margens do rio Uruguai pode ter impressionado aqueles que vieram visitar, que em seu imaginário poderiam esperar por um cenário pouco estruturado, mas para os moradores desta localidade já eram observados com naturalidade. Assim como o relato de Othon, que retrata a falta de conhecimento e preparo para os desafios que encontraram nesta viagem. “Para os rigores do frio o Curió arranhou, com um benemérito alemão que mora ao lado, um espesso cobertor de lã, de camelo, tecido para siberianos ou esquimós”.¹⁵⁵ O frio pode parecer um exemplo vago, mas se pensar a partir do preparo destes para lidar com a situação podemos entender as diferenças entre os relatos.

De qualquer forma podemos perceber que a relação dos colonos entre 1922 e 1929 foi proveitosa e concedeu bons resultados, assim cabe agora compreender como esta vila buscou se organizar em relação aos trabalhos individuais e coletivos realizados na colônia.

3.4.2 O trabalho nas terras de rios de leite mel

Depois de muitos colonos chegarem a Porto Feliz, local escolhido para estabelecer residência, iniciou-se diferentes formas de trabalho com a terra, seja trabalhos individuais, familiares ou de mutirão, realizados por grupos que se formaram nesta vila. Após encontrarem dificuldades na chegada a Porto Feliz, os colonos se deparam com suas terras, estas conforme prometia a companhia colonizadora Chapeco-Peperi estava coberta por mata fechada. A

¹⁵³ BOITEUX, op. cit. p. 97.

¹⁵⁴ FRANSSEN, op. cit.

¹⁵⁵ D' EÇA, op. cit. p.51

primeira ação para aqueles que adquiriram as terras foi à construção de casas improvisadas, e a derrubada da madeira para início de um sistema agrícola rudimentar a ser implantado.¹⁵⁶

Venceslau Breves,¹⁵⁷ que trabalhou como agrimensor na região relata que os caboclos já estabelecidos na região não tinham o conhecimento de instrumentos agrícolas básicos, como inchada ou arado, a limpeza das áreas para plantação foi realizada a partir de queimadas e a ferramenta mais utilizada se tratava da foice, a qual era usada para limpeza da mata e também para se realizar as covas para o plantio. Porém para começar a produção alimentícia os colonos alemães que chegaram a esta colonização também necessitavam destruir a mata para liberar o uso da terra ao plantio, conforme relata Lydia Lehrbach “para poder iniciar a lavoura teve-se que derrubar a floresta, sem nenhuma preocupação com a madeira ou toras, era tudo derrubado e destruído”.¹⁵⁸ Mesmo com os novos colonos acrescentando novas ferramentas para o trabalho na lavoura, o arado, a inchada, foi necessário o uso também de técnicas criticadas por estes mesmos colonos ao serem usadas por caboclos.

Giralda Seyferth¹⁵⁹ em seu trabalho sobre colonização dos estados do sul destaca a preparação da terra, para que esteja apta ao cultivo, ocasionando atrasos para uma produção alimentícia de subsistência.

Na forma como o sistema foi implantado, portanto, podia demorar mais de um ano para a propriedade se tornar produtiva através do “trabalho familiar”, num modelo de exploração agrícola que Waibel (1958) chamou de rotação de terras primitiva. No conjunto, uma família de imigrantes ficava pelo menos dois anos sem ter qualquer renda proveniente do trabalho agrícola; uma situação dramática agravada pela relação com os comerciantes, de cujos créditos dependiam, e, paradoxalmente, amenizada pela possibilidade de trabalho assalariado provisório na demarcação e abertura de picadas.¹⁶⁰

O caso de Porto Feliz não foi diferente, houve urgência em preparar a terra para iniciar as plantações, mas o advento da extração da madeira proporcionou aos colonos a possibilidade de uma renda já no primeiro ano trabalhando em sua colônia de terra.

Com o atraso para a produção agrícola ocasionada pela limpeza da terra, as torras que eram retiradas representavam uma renda alternativa para os colonos, sendo atrativa nos primeiros anos de colonização¹⁶¹. A derrubada da madeira era realizada intensamente, há relatos como o de Fortilda de Moura em que “Todos ajudavam no trabalho de preparo da

¹⁵⁶ KOELLN, op. cit.

¹⁵⁷ BREVES, Wenceslau. O Chapecó que eu conheci. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: IHGSC, ed 3, n. 6, 1985.

¹⁵⁸ FRANSSEN, op. cit. p. 44.

¹⁵⁹ SEYFERTH, op. cit. 2000.

¹⁶⁰ Ibid. p. 156.

¹⁶¹ WERLE, op. cit.

madeira. [...] Tudo era feito em mutirão”.¹⁶² Este trabalho coletivo se apresentou com a derrubada da madeira e trabalho nas serrarias, e também na venda de torras de madeira na Argentina, trajeto realizado por meio de balsas pelo rio Uruguai.

Segundo Koelln¹⁶³ a implantação da serraria em Porto Feliz em 1923 foi devido à necessidade da produção de tábuas de madeira para serem utilizadas em construções na vila. Mesmo com o trabalho intenso nesta serraria, faltava madeira trabalhada para a construção de casas e sobravam torras as quais eram destinadas a venda na Argentina. De acordo com Werle “As árvores eram abatidas, serradas em torras e transportadas até o rio, onde se formavam as balsas”.¹⁶⁴ Entretanto não era a todo o momento que estas balsas podiam descer as corredeiras, era necessário aguardar adversidades do clima, com a cheia do rio para partir, esta dificuldade se tornou um novo problema ao chegar à São Tomé, Argentina já que havia uma grande quantidade de madeira fazendo com que os valores pagos por torra diminuíssem.¹⁶⁵

Observamos na figura 4 o trabalho na serraria de Porto Feliz que mesmo se tratando de um local de pequeno porte, o trabalho era intenso. Ainda é possível perceber o pequeno volume de madeira serrada para ser secada ao sol e uma grande quantidade da madeira a ser dividida em tábuas.

Figura 4 – Serraria de Porto Feliz em 1923 [S/A].



Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Mondai – SC.

¹⁶² FRANSSEN, op. cit. p. 126.

¹⁶³ KOELLN, op. cit.

¹⁶⁴ WERLE, op. cit. p. 59.

¹⁶⁵ Para mais informações a respeito das balsas, ver o estudo de BELLANI, Eli Maria. **Madeira, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai**. O Processo de Colonização do velho município de Chapecó (1917/1950).1991. 327 f. Dissertação (Mestrado em história) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

Mesmo com a possibilidade da venda de torras de madeira, a produção agrícola é fator importante para a consolidação da vila. A necessidade destes novos colonos em se alimentar fez com que as primeiras partes de terras que foram limpas próximas as casas estivessem cobertas por plantações. Os relatos coletados por Franssen¹⁶⁶ apontam que os colonos estavam preparados para iniciar o plantio de diversas culturas alimentícias, e assim todas as famílias trouxeram uma gama variada de sementes e mudas, possibilitando alimentar a família ao se estabelecer, “Quem plantava não passava fome. A família viva bem, comendo aquilo que produzia”.¹⁶⁷

Como nestes primeiros anos de colonização a produção agrícola ainda era limitada e a variedade de animais para a caça e pesca era diversificada, a vila buscou se organizar para fazer uso do que o ambiente possibilitava. Fortilda apresenta por suas memórias:

Como tinha grande quantidade de peixes no rio das Antas, soltávamos uma bomba na água, chegando a morrer trezentos a quatrocentos peixes grandes de uma só vez, fora os pequenos que não eram recolhidos para consumir. Quando se fazia esse tipo de pescada, todos ajudavam na coleta do peixe morto que ficava sobre a água e se dividia tudo entre si. Os parentes se reuniam e faziam festa. A conservação do restante da carne de peixe era em forma de charque.¹⁶⁸

Após as primeiras colheitas em Porto Feliz, percebemos nos relatos de colonos que mais um ponto indicado na venda da terra se apresentava verdadeiramente, as terras da margem do rio eram bastante produtivas, atraindo cada vez mais colonos para a região, assim como conta Lydia “Meu pai para vir para cá não sabia que seria tão difícil iniciar, mas tinha grandes esperanças que tudo iria melhorar. Ele era um grande trabalhador, e a terra era fértil, tudo que se plantava dava”.¹⁶⁹ Assim a memória reproduzida por estes colonos que trabalharam suas terras também busca exaltar o trabalho realizado e a vontade com que o fizeram, são corriqueiras expressões como “Quem trabalha não passa fome”,¹⁷⁰ reproduzindo a ideia de trabalho e perseverança em crescer juntamente com a colônia.

Os relatos sobre a produtividade em Mondai também foram registrados por Othon D’Eça, o qual descreve, “És bem, Mondai, uma terra de Promissão, onde há romãs de sementes de oiro e rios de leite mel. E bem aventurado também sejas tu, oh! Trabalho da charrua, que estrias a gleba e, com na lenda etrusca, fazem surgir os homens fortes e as

¹⁶⁶ FRANSSEN, op. cit.

¹⁶⁷ FRANSSEN, op. cit. p.125.

¹⁶⁸ FRANSSEN, op. cit. p.125.

¹⁶⁹ Ibid. p.43.

¹⁷⁰ Ibid. p. 21.

cidades muradas”,¹⁷¹ assim enaltecendo a perseverança e o crescimento da colonização de Porto Feliz.

A produtividade da terra proporcionou que esta colônia concentrasse cada vez mais colonos dispostos a adquirir e a trabalhar em suas propriedades. Conforme Eli Maria Bellani¹⁷², o governo estadual reconhecia a falta de infraestrutura nas regiões do extremo oeste para receber novos colonos, assim como descreve o Governador de Santa Catarina Hercílio Luz enviada ao legislativo em 1919. “Não tenho poupado o seu interesse e o carinho. Nessa região não é demasiado depositar todas as esperanças de um magnífico futuro. Até hoje tem faltado recursos indispensáveis à eclosão de todas as suas capacidades produtivas”.¹⁷³ Diante da situação de minimamente estruturar as áreas que passaram a ser colonizadas, as companhias responsáveis por estas terras deveriam realizar a construção de estradas de rodagem. Segundo Radin e Valentini¹⁷⁴, a construção das estradas “eram feitas para promover o povoamento das zonas desertas e incultas e ligá-las às zonas produtoras, aos pontos consumidores e aos portos de escoamento”.

Como de acordo com Werle¹⁷⁵, a região de Porto Feliz devido a falta de estrada de rodagem encontrava dificuldade em comercializar produtos, assim impossibilitando o desenvolvimento da agricultura em excedente, ou que os mesmos adquirissem por meio de comércio demais itens que não seriam produzidos. Conforme relato, “Anos a fio não se produzia para vender, não havia comércio para os produtos o que se produzia ficava para comer e da mesma semente se plantava na próxima colheita”.¹⁷⁶ Sendo assim, bem como as demais colonizadoras, a empresa Chapecó-Peperi também se comprometeu em realizar a construção da estrada que ligava sua colônia Porto Feliz com as estradas de acesso do estado do Rio Grande do Sul. Segundo Koelln¹⁷⁷ a estrada do Prado a qual teve sua construção registrada em figura 5, ligava os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A construção desta estrada representou uma nova forma de atrair compradores para as terras e solucionou provisoriamente os problemas de acesso à vila.

¹⁷¹ D’ EÇA, op. cit. p.56.

¹⁷² BELLANI, op. cit. p. 41.

¹⁷³ ESTADO DE SANTA CARATINA, Mensagem apresentada ao poder legislativo, em 27 de julho de 1919, pelo Dr. Hercílio Luz, governador do Estado de Santa Catarina.

¹⁷⁴ RADIN; VALENTINI, op. cit. p. 145.

¹⁷⁵ WERLE, op. cit. p. 62.

¹⁷⁶ FRANSSEN, op. cit. p. 126.

¹⁷⁷ KOELLN, op. cit. p. 87.

Figura 5 – Trabalhos de construção da “estrada do sertão” [S/A].



Fonte: Acervo da casa da cultura de Mondai – SC.

Conforme representação figura observa-se a presença de numerosos trabalhadores para realização da construção da estrada, fazem uso de inchada, pá e carrinho de mão para deslocar significativas quantidades de terra até um nivelamento razoável possibilitando o tráfego de carros de boi, caminhos ou carros.

Com a construção da estrada do Prado segundo Koelln¹⁷⁸ em 28 de janeiro de 1926, chegava a Porto Feliz os primeiros automóveis, tratava-se de dois automóveis de carga os quais foram recebidos com festividades na vila. Mas ainda a falta de caminhos bem estruturados é relatada, onde registra que a cada chuva ocorriam deslizamentos ou precipitações que impossibilitava a passagem de carros por três ou quatro dias.

Efetivamente os problemas de acesso só poderiam serem resolvidos em anos seguintes a colonização após a visita governamental de Adolfo Konder em 1929. De acordo com relato de Othon D'Eça esta visita resultou na criação de uma estrada de acesso entre Mondai a Barracão, hoje Dionísio Cerqueira.

A linha telegraphica e a estrada de rodagem, em activa construção de Monday a Dionysio Cerqueira, quebrarão dentro de dois annos, o encantamento daquelle deserto, e, com ellas, os elementos de civilização irão levar o conforto, a riqueza e o progresso àquella região virgem de acção bemfeitora e intelligência e do trabalho do homem¹⁷⁹.

¹⁷⁸ KOELLN, op. cit.

¹⁷⁹ COSTA, op. cit. p. 44.

Mesmo com a citação informando a construção de uma estrada de rodagem ligando Mondai a Barracão esta obra só foi executada na década de 30. Infelizmente a discussão relacionada a este novo empreendimento para facilitar a mobilidade não serão abordados neste trabalho devido ao recorte temporal o qual se finda com a passagem da comitiva em 1929.

3.4.3 Percepções religiosas

A colonização de Porto Feliz fortemente baseada sobre preceitos étnicos e religiosos implantou como de costume, uma colônia protestante com forte presença religiosa na vila, sendo que para Pedro Sinzig¹⁸⁰ é importante desenvolver uma região baseada em conceitos cristãos, como cita o autor, “É que, com a ignorância religiosa quase completa, o povo não sabia fazer nada. [...] pelo menos nos primeiros anos, não sabiam coisa alguma, nem mesmo o Padre nosso e a Ave Maria”.¹⁸¹ Assim Werle¹⁸² atribuiu grande importância dos agentes religiosos em meio a colonização.

A empresa Chapecó – Peperi, com o comando do diretor Hermann Faulhaber já havia iniciado o trabalho de formação de uma colônia de alemães protestante. Percebemos assim, de acordo com os escritos de Magalhães que a imigração alemã que fortemente se encaminhou para o Brasil desde o Século XIX, é de várias vertentes religiosas.

Havia católicos e protestantes, estes em maior número. Eles se subdividiam em várias denominações e tendências, como a luterana ortodoxa, liberal ou pietista; a luterana de influência norte-americana calvinista (Luterana de Missouri); e ainda os menonitas (com tendências anabatistas).¹⁸³

Podemos entender diante a diversidade de culturas que passaram a migrar para o Brasil a necessidade de se desenvolver duas colônias alemãs na encosta do rio Uruguai, buscando as mesmas características sociais, porém diferenciando-se em seu caráter religioso.

A colônia de Porto Feliz fundada em 1922 teve segundo relatos em fins de março de 1924 a visita de seu primeiro pastor, Walter Mummelthey vindo da paróquia de Montenegro RS. O interesse da igreja luterana na colônia, conforme destaca Arno Koelln é de que “A igreja evangélica quis formar-se, logo de início, a respeito da nova colônia no oeste

¹⁸⁰ SINZIG, Pedro. **Frei Rogério Neuhaus**. Petrópolis: Vozes, 1934. p. 107 e 119.

¹⁸¹ SINZIG, op. cit. p. 109.

¹⁸² WERLE, op. cit. p. 15.

¹⁸³ MAGALHÃES, op. cit. 1993, p. 54.

catarinense, pois Porto Feliz tornar-se-ia uma colonização evangélica. Outra colonização católica seria planejada em seguida”.¹⁸⁴

Após retorno do pastor Mummelthey a sua paróquia o mesmo escreveu uma carta enviada à direção da colonização de Porto Feliz.

Fiquei entusiasmado com a localização e a qualidade das terras, coberta de densas matas, assim como também o clima. Acredito que não se encontre em todo o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, terras que se possam comprar com a da sociedade Colonizadora. O que não há, por enquanto, é mercado, pois o rio Uruguai não é navegável, e, como a ferrovia para tal empreendimento não entra em cogitação, os colonos serão obrigados a organizar-se em cooperativas afim de transportar para a Argentina os seus produtos duráveis (...) Na reunião do Sínodo, convocada para 27-29 de abril, hei de recomendar colossalmente a nova colônia. O Sínodo entrará, então, em maiores negociações com os senhores”.¹⁸⁵

Conforme destaca o pastor, as terras eram de qualidades e a localidade possuía um ótimo clima, porém o que prejudicava a região era o transporte dos produtos fabricados na colônia, tendo em vista que o meio de locomoção era o rio Uruguai e este não era navegável. Como cita Koelln, esta visita e recomendação colaborou para que em “28 de julho de 1925, fosse fundada a comunidade evangélica, sendo que, em fevereiro de 1926, esta foi afiliada ao sínodo rio-grandense”.¹⁸⁶

Desde o início da colonização houve a ideia de manter uma colônia para alemães protestantes, seus primeiros anos de colonização foram de intensa chegada de colonos para ocupar a área demarcada. Porém, como visto, após o ano de 1925 devido à passagem da Coluna Prestes vinda do Rio Grande do Sul, a situação da região mudou com doenças e escassez de alimentos e mortes e com o passar dos anos e a diminuição das vendas de lotes territoriais por causa desses problemas, as terras começaram a serem comercializadas para alemães católicos ou protestantes, visando a volta do crescimento da vila.

Com a reestruturação da colônia e o no início das vendas de terras à alemães católicos Koelln destaca que “A partir de 1928, o padre Ofenhitzer, de Porto Novo atendia a pequena comunidade católica que estava se formando”.¹⁸⁷ O que este autor deixa de destacar é o fato apontado por Werle¹⁸⁸, que menciona que esta atitude não foi bem vista no comando da colonização de Porto Novo, os quais se dedicaram exclusivamente para a venda de terras aos católicos e a partir deste momento poderiam perder algumas de suas vendas.

¹⁸⁴ KOELLN, op. cit. p. 43.

¹⁸⁵ MUMMELTHEY, Walter. Apud, KOELLN, 1980. p. 44.

¹⁸⁶ KOELLN, op. cit. p. 80.

¹⁸⁷ Ibid. p. 83.

¹⁸⁸ WERLE, op. cit.

Os registros de Koelln¹⁸⁹ também demonstram a organização de colonos para a construção de igrejas que serviriam de escolas, ficando claro aqui a necessidade de uma entidade para organizar a sociedade “essa subsociedade, se assim puder ser considerada, encontrará condições propícias para criação de formas de sociabilidade próprias. A primeira delas se deu em torno da Igreja”.¹⁹⁰ Porto Feliz não seria diferente, a fé que impulsionou os colonos em busca desta nova vida no extremo oeste catarinense se fez presente em celebrações.

Giralda afirma que “com os alemães também surgiu uma associação entre igreja e germanidade, particularmente no caso dos evangélicos luteranos, mas as noções de Volksgeist [espírito nacional] e Heimat [pátria] serviram mais à elaboração de uma identidade étnica do que à religião”.¹⁹¹ Desta forma, a participação religiosa representou uma classificação da sociedade, onde todos se organizavam para participar e colaborar com seu crescimento.

Uma das primeiras construções realizadas com o auxílio da companhia colonizadora, foi a igreja evangélica. Segundo Koelln, a igreja manteve relação próxima a companhia colonizadora e passou a exercer o papel de escola dentro da vila, “A pequena construção, ao lado do barracão de imigrantes, que a Empresa havia colocado à disposição, servia, em dias de semana, como escola e, aos domingos, como igreja”.¹⁹²

Magalhães¹⁹³ destaca que ao final do século XIX a igreja ganhou força devido a falta de uma rede de ensino, e que estas atendiam apenas aos grandes centros, podemos considerar que esta situação se equivale para a década de 20 na colonização do extremo oeste catarinense, assim justificando o papel que a igreja assume em educar as crianças desta localidade e ainda complementa:

Para os evangélicos, a prática da leitura da Bíblia coloca-se como um elemento de fundamental importância, donde a alfabetização é tão imprescindível quanto as instituições eclesiásticas. Logo foram criadas associações voltadas ao sustento das igrejas e escolas, como também à recreação e ao auxílio mútuo¹⁹⁴.

A formação religiosa foi garantida para aqueles que adentraram a colônia de Porto Feliz, os relatos colhidos por Franssen,¹⁹⁵ Seyferth apontam que a “existência de escolas que ensinavam em língua estrangeira, ou onde o português tinha posição secundária, e toda a

¹⁸⁹ KOELLN, op. cit.

¹⁹⁰ MAGALHÃES, op. cit. 1993, p. 50.

¹⁹¹ SEYFERTH, op. cit. p. 18.

¹⁹² KOELLN, op. cit. p. 80.

¹⁹³ MAGALHÃES, op. cit. 1993.

¹⁹⁴ Ibid. p. 53.

¹⁹⁵ FRANSSEN, op. cit.

realidade colonial aumentaram as pressões para a nacionalização num processo forçado de assimilação”,¹⁹⁶ desta forma, a igreja que buscava transmitir os ensinamentos da bíblia vai se basear na língua em que a população dominava com maior facilidade, o alemão. No entanto, podemos perceber relatos de troca de professores por não dominar a língua portuguesa em Porto Feliz, mas esta situação só passou a ser efetivamente exigida com o governo de Getúlio Vargas após 1930.

3.4.4 De Porto Feliz a Mondai

Em determinadas colônias de terras os grupos étnicos buscaram se desenvolver a partir de atividades que proporcionassem o devido conforto aos colonos e garantisse a possibilidade da manutenção cultural de seu país de origem. Conforme apontamento de Giralda Sayferth “A suposição contida nessa forma de subjetividade diz respeito à possibilidade de construir uma nova pátria no Brasil, mantendo fidelidade à tradição cultural do país de origem e à língua materna”.¹⁹⁷ Pode-se perceber assim que desde as primeiras construções realizadas nestas colônias predominantemente alemãs, elas apresentavam traços da cultura germânica em suas formas arquitetônicas. Para Faulhaber, diretor da companhia colonizadora de Mondai, “as residências ideais devem possuir uma varanda, por causa do clima e também porque uma casa sem varanda antes parecer ser uma gaiola”.¹⁹⁸ Desta forma as famílias as quais já se encontravam estabelecidas na colônia e conseguiam organizar suas casas assemelhando-as aos padrões os quais estão inclinados etnicamente, assim como as construções realizadas pela colonizadora. Para Sayferth as “formas de organização social e sociabilidade, associações recreativas e culturais, estilos arquitetônicos, modos de ocupação do espaço, entre outras, também contribuíram para a coesão grupal e elaboração das identidades étnicas”.¹⁹⁹

É possível perceber através das memórias retratadas que esta colonização de Porto Feliz se organizava coletivamente, apresentando sinergia entre o grupo que já havia se instalado. Como já apontado anteriormente a caça e pesca eram realizadas coletivamente conforme descreve o senhor Ludwig Schäcler, que se mudou ainda bebê para Porto Feliz, onde seu avó já estava vivendo, “As famílias que ali viviam se relacionavam muito bem, eram muito unidas. Aos domingos todos os homens e seus cachorros ensinados, iam para a

¹⁹⁶ SEYFERTH, op. cit. 2012, p. 20

¹⁹⁷ Ibid. p. 18.

¹⁹⁸ KOELLN, op. cit. p. 79.

¹⁹⁹ SEYFERTH, op. cit. 2012, p. 18.

caça”.²⁰⁰ também a comunidade que se formou buscou se auxiliar em questões médicas, ali estava presente um auxílio mútuo sob qualquer aspecto.

De acordo com Piere Nora “Cada grupo social abraça o ambiente de maneira diferente, e não há na história da humanidade, um grupo que tenha vivido em completa “harmonia” com o mundo natural”.²⁰¹ Porto Feliz por sua vez organizou-se em torno de aspectos religiosos e proporcionou suas alterações ao meio de convívio social buscando melhorar e transformar a região que estes colonos passaram habitar. Esta relação com o ambiente buscando o crescimento da colônia foi conhecido em âmbito estadual no ano de 1929 com a bandeira de Konder, o qual vai motivar novas alterações ao cotidiano regional.

Faz-se necessário destaca o que Pollak denomina “memórias vividas por tabela”, já que estamos trabalhando com relatos. Segundo o autor estes acontecimentos “vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer, são acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou²⁰²”, mas devido a sua importância para a memória coletiva são retratados por todos com grande respaldo.

Em relação a memórias sobre os fatos junto às transformações que a vila de Porto Feliz sofreu no recorte temporal da presente pesquisa, precisamos ressaltar os relatos sobre a viagem de 1929, que impulsionou a colônia em mudanças tanto em vias sociais como econômicas. A exemplo disso tem-se um relato feito por Franssen:

Diz Ernest Theodoro Ramminger: lembro-me de um fato histórico ocorrido aqui em Porto Feliz e foi quando tivemos a visita do governador do estado, Adolfo Konder, em 1929. [...] Para esta visita a comunidade de Porto Feliz preparou-se e organizou-se durante uma semana para fazer tal recepção que aconteceu nas alturas, muito célebre²⁰³.

O governador Konder fez o trajeto de Irani a Porto Feliz a barco, Ernest, aponta que este deve ter sido um momento de grande tensão e medo para os tripulantes, mas que a recepção em Porto Feliz veio a agradar todos, onde os mesmos elaboraram um arco do triunfo para a chegada da comitiva do governador conforme registro D'Eça, “A um arco triunfal de grande efeito decorativo e que tem esse dístico sincero: “Mondaí saúda o dr. Konder com entusiasmo”.²⁰⁴

²⁰⁰ FRANSSEN, op. cit. p. 204

²⁰¹ NORA, op. cit. p. 59.

²⁰² POLLAK, op. cit. p. 202.

²⁰³ FRANSSEN, op. cit. p. 87.

²⁰⁴ D' EÇA, op. cit. p.51

Percebemos que já no ano de 1929 o crescimento populacional de Porto Feliz foi significativo. Ao receber a visita do governador do estado, Othon D'Eça aponta a falta de instalações adequadas para toda a comitiva, “Foi impossível obter um quarto nos dois hotéis da vila regorgitante de forasteiros”.²⁰⁵ Othon relata ainda a organização da vila para a recepção de visitantes, também do excedente de visitantes, que fica explícito que muitos destes forasteiros estavam presentes apenas para acompanhar a passagem da comitiva de Adolfo Konder.

Desta visita restaram diversos registros fotográficos conforme o que segue e retrata Adolfo Konder ao Centro, ao seu lado o senhor Schild morador de Porto Feliz, além de Arthur José Boiteux e Arthur Ferreira da Costa, responsáveis por registrar a viagem desta comitiva, a qual suas obras são usadas para fundamentar os apontamentos deste estudo.

Fotografia 6 – Visita do governador do estado de Santa Catarina, Adolfo Konder - 1929.



Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Mondai – SC.

²⁰⁵D' EÇA, op. cit.p.51

A visita do Governador do estado a Porto Feliz vai colaborar com a formação da memória regional, onde de acordo com Pollak “cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização²⁰⁶”. A visita do governador Adolfo Konder a Porto Feliz vai colaborar com a formação da memória regional, com discursos retratando um pertencimento desta colônia de alemães a uma nação brasileira. Desta forma a abordagem deste estudo é baseado nos registros de memória de aqueles que conviveram ou apresentaram relatos de seus pais os quais presenciaram este período estudado.

A viagem de Adolfo Konder a Porto Feliz além de contribuir com a formação da memória local também registrou o contexto apresentado nesta colônia até o ano de 1929. Para este estudo assume papel central para o debate desenvolvido, assim como marca o fechamento do recorte temporal observado.

²⁰⁶ POLLAK, op. cit. 207.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta pesquisa compreendeu-se como transcorreu o processo de formação da vila Porto Feliz, sendo importante ressaltar que no decorrer do trabalho buscou realizar uma análise voltada à ocupação das terras da região contestada, entendendo assim como essas passaram a serem ocupadas por alemães vindos dos mais distintos locais. Além disso, foi significativo perceber a situação europeia do início do século XX a qual possibilitou junto a política brasileira a imigração de grande contingente populacional.

Mesmo o presente estudo tendo em recorte temporal curto e visando como objeto de pesquisa a formação colonial anterior a visita de 1929 para a região, o trabalho contribuiu para a historiografia principalmente no que diz respeito a formação colonial de Porto Feliz em seus primeiros sete anos de atividades, pois não há documentação específica sobre tal fato e região. Ainda, o tema da pesquisa abre espaço para novos questionamentos com possibilidades de maiores aprofundamentos, como por exemplo, a presença da estatal na colonização neste período inicial, ainda, após a visita de 1929 como a colônia se portou, como se desenvolveu, quais fatos ocorreram após a passagem da visita do Governador do estado, além de buscar aprofundar as características da colônia, se manteve suas tradições ou mistificou-se.

No primeiro capítulo procurou-se realizar uma análise da definição dos limites territoriais entre o estado de Santa Catarina e Paraná. Notou-se a necessidade do estado de Santa Catarina em ocupar as terras realizando um movimento de povoamento desta região. A ideia de civilizar a região envolveu um sentido de superioridade apresentado pelo estado ao modo de vida europeu, na qual é em nome desta perspectiva se desenvolveu a implantação de colonizações europeias nesta região.

Ao que diz respeito especificamente à colônia de Porto Feliz, analisada no segundo capítulo, pode-se concluir que a obtenção de terras pela empresa Chapecó-Peperi Ltda. adquiridas através de compra da empresa Brazil Railway não possibilitou grande margem de lucro, por vezes que a colonizadora Chapecó-Peperi necessitou revender parte da terra adquirida para saldar seu débito. No entanto, as grandes colonizadoras que conseguiram obter a posse da terra diretamente com o estado, conseguiram mais facilmente obter lucro com a venda das terras, muito deste lucro surgiu devido a forma de pagamento concedido para as empresas de maior porte e a abertura de estradas colaborou para que estas saudassem débitos com o investimento.

Ao contrário do que aconteceu em outras colônias, a ideia de colonizar Porto Feliz por meio da colonizadora Chapecó-Peperi, tendo como recurso financeiro a construção de estradas para auxiliar a sanar seus débitos não foi uma opção para os anos iniciais, com isso, a dificuldade de acesso por terra para a região colonizada proporcionou um grande desafio para esta colônia. Observamos também, a eminente necessidade de uma estruturação local durante os anos estudados, com abertura de estradas e a presença do estado de maneira mais significativa, mas, por se tratar de uma região pouco visada pelo estado não se desenvolveram inicialmente ligações desta região com grandes centros, o que teria possibilitado o desenvolvimento da vila. Desta forma, o crescimento local foi significativo, pois as colonizadoras o garantiram com a venda de terras.

Ao ser analisado o sul do Brasil ao final do século XX percebemos uma consistente formação local organizada por alemães, o qual a partir da vinculação destas antigas colônias com as novas terras de Santa Catarina passou a migrar para o lado catarinense. Especificamente para o caso de Porto Feliz, a colonização foi pensada e executada por alemães e descendentes os quais já estavam instalados nas colônias mais ao sul.

Ao que diz respeito às atividades da colonização de Porto Feliz analisadas no segundo capítulo, conclui-se que os investimentos realizados para aquisição da terra garantiu grande influência e objetivos para a recém-formada Chapecó-Peperi, a qual fundou e deu início a venda de lotes territoriais em 1922. Como a discussão apresentou o papel significativo desta colonizadora para o crescimento da região, detendo assim a ela grande poder e influência com a venda das terras e organização dos colonos dentro do espaço adquirido. Baseados na concepção de Bourdieu²⁰⁷ sobre o “Poder Simbólico” percebeu-se a influência das colonizadoras mais significativamente em regiões onde a presença do estado se fez pouco presente como no caso estudado, ou seja, a incumbência do estado repassada à colonizadora, que ficou responsável por colonizar a região para aqueles os quais vendiam as terras, ainda a colonizadora era responsável por assegurar a ordem e possibilitar o crescimento, representando assim os interesses do estado nesta colonização. Mas, na perspectiva desta colônia se fortaleceu na memória a ideia de ausência do estado onde o colonizador desempenhou importante papel como desbravador desta região.

Aqui talvez seja oportuno lembrar a presença significativa dos trabalhos realizados pela colonizadora Chapecó-Peperi, na qual buscou relacionar com a fé e assim ampliou seu foco de influência dentro da colonização. Percebeu-se que o projeto colonizador já incluía a

²⁰⁷ BOURDIEU, op. cit.

característica religiosa, havendo uma forte movimentação desta colônia para assegurar a presença de um pastor já em seus primeiros anos de colonização. A colonizadora concedeu terras e matérias para a construção da primeira igreja da vila, a qual passou a ser utilizada como centro espiritual, mas também como escola, que ensinou a língua e os ensinamentos bíblicos aos mais jovens moradores da colônia. Percebemos que a ligação da colonizadora com a igreja e a igreja com o ensino apresentou um domínio colonial a qual nada poderia se opor a estas instituições e a seus métodos para organização de Porto Feliz. Visando a manutenção desta hegemonia com o poder local, a própria colonizadora ao inserir nesta colonização a presença católica limitou a área de atuação, organizando em determinada localidade da vila a presença destes católicos, assim assegurando a harmonia e garantindo o domínio colonial, principalmente devido ao afastamento do estado em relação às atividades cotidianas da colonização.

Os colonos com antigos métodos e trabalhos com a terra, conseguiram se organizar formando um núcleo regional crescente, o qual mesmo com a presença revolucionária que constantemente afetou a organização da colônia, fortaleceu as relações dos moradores da vila o que possibilitou uma reorganização e crescimento durante os anos. Estes fatos foram constatados na viagem de 1929 a qual representa um marco para a conclusão deste estudo.

Evidenciou-se a presença de caboclos nesta colonização e a partir desta presença a proximidade que as companhias colonizadoras buscaram promover para com estes indivíduos, se fazendo valer de seus conhecimentos da terra e das águas. Estas ações facilitaram o trabalho de extração da madeira bem como seu transporte o qual sem a presença destes indivíduos teriam maiores dificuldades, pois quem adquiriu as terras da região em sua maioria não apresentavam conhecimento de técnicas para o trabalho com a madeira. Portanto, a composição deste ambiente por novos colonos e caboclos possibilitou um crescimento ascendente da vila Porto Feliz, principalmente com o significativo aumento populacional, fazendo com que esta colonização bem localizada geograficamente estivesse presente no roteiro da viagem governamental de 1929.

A presença do Governador do estado de Santa Catarina Adolfo Konder em Mondai, em 1929 possibilitou mudanças no modo organizacional da vila, passando assim o estado a ter um contato maior com as colonizações a oeste do estado e buscando interligar as distintas regiões para facilitar o deslocamento. Para Porto Feliz, a passagem do Governador oportunizou em seus anos seguintes a abertura de estradas que ligou a vila a outras regiões em desenvolvimento no estado, além do que a presença do estado na região alterou o modo de

vida e as percepções destes colonos, como efetivamente pertencendo a uma nação maior, na qual se encontravam ligados dentro da vila.

Os relatos memorialistas amplamente abordados no estudo possibilitaram compreender a formação colonial por vieses diferenciados. A construção de uma memória coletiva e regional apontada como um registro da história oral possibilitou que a pesquisa realizasse a abordagem da história de pessoas comuns, a margem da história amplamente debatida em pesquisas regionais. As memórias descritas para a colonização de Porto Feliz seja por seus diretores da companhia colonizadora, ou novos colonos apresentaram perspectivas diferenciadas de crescimento regional e apresentaram novas possibilidades com o crescente número de registros que são coletados para os próximos anos desta colonização.

O estudo evidenciou a construção da memória de maneira coletiva, a qual cada distinto grupo percebeu a sua história de uma perspectiva diferenciada e assim construiu suas memórias a partir de sua percepção. Podemos evidenciar sob esta perspectiva os relatos dos colonos que conviveram com a colonização de Porto Feliz ao descreverem a organização da vila e seus atrativos, que encontramos na obra “Desbravando Caminhos: histórias contadas pelos pioneiros”.²⁰⁸ De acordo com a memória destes colonos, são vagos e limitados os eventos de lazer ou atividades coletivas que não estivessem relacionadas a igreja. Já na perspectiva de Othon D’Eça²⁰⁹ bem como demais comentadores da viagem de 1929, a memória reproduzida relata um ativo convívio social nesta colonização, destacando a presença de clubes de diversões e grandes encontros populacionais. Quanto a esta perspectiva, podemos compreender as memórias de ambos os olhares, o primeiro olhar representa os colonos em seu convívio direto com a colonização que apresenta a organização da vila como ela é, buscando se basear na moral e bons costumes evidenciados nesta colonização destacando de maneira seletiva, não fazendo menção aos espaços festivos que poderiam apresentar uma perspectiva diferente a estes padrões os quais buscaram relatar. No entanto, os integrantes da Bandeira de 1929 buscaram apresentar todos os traços possíveis de convívio social e da colonização, partindo-se de uma necessidade do estado em valorizar os trabalhos desta colonizadora assim como as demais que estavam representando o estado na ocupação do extremo Oeste catarinense. Além disso, estes fatos vivenciados durante a viagem de 1929, podem ser tratados como fatos isolados, estimulados devido a passagem governamental.

Observa-se, e isso é muito interessante, a perspectiva de distintos olhares sobre a mesma região retratando a mesma organização e estrutura existente. Os relatos dos integrantes

²⁰⁸ FRANSSEN, op. cit.

²⁰⁹ D’EÇA, op. cit.

da comitiva de 1929 complementam com seus objetivos a percepção sobre a colonização, assim como a memória relatada por colonos que vivenciaram este período buscaram sistematizar os acontecimentos e a estrutura mantendo os padrões de moral e comportamento difundidos nesta colonização com o auxílio da igreja. Não podemos deixar de mencionar que esta colonização apresentou já entre os anos 1922 a 1929 organizações para divertimento, mesmo que esta estrutura seja pensada para a venda de lotes territoriais para famílias já estruturadas, é evidente a presença de distintos trabalhadores para realizar os trabalhos com o transporte de madeira, construção de estradas e agrimensores que não se relacionaram da mesma forma com os colonos, na qual os relatos nos mostram que os colonos ignoraram a presença destes indivíduos.

Entende-se, portanto, que a formação colonial de Porto Feliz foi fortemente influenciada por aqueles que detiveram o poder de sua colonização, ou seja, a empresa colonizadora Chapecó-Peperi, juntamente com a fé em torno de religiões protestantes. Podemos ainda perceber alterações proporcionadas após 1929, como marco de uma presença mais significativa do estado em meio as colonizações do oeste, o qual certamente possibilitou novos questionamentos que podem ser desenvolvidos com a ampliação das pesquisas direcionadas a esta colonização. Da mesma forma que ainda hoje percebemos algumas das ideias norteadas juntamente ao projeto colonizador inicial como a religião e a língua, notamos a presença do dialeto alemão entre pessoas idosas e jovens que vivem na cidade e a forte presença religiosa protestante que ainda predomina da localidade.

Por fim, evidenciamos também que várias questões relacionadas ao tema ficaram em aberto, entre as quais um aprofundamento da análise das memórias de agentes simples desta colonização, já que o recorte temporal desta pesquisa não possibilitou uma análise em específico de distintos grupos que se fizeram presentes nesta colonização nestes anos iniciais. Também se apresenta como questões, o regresso ao crescimento da colônia que fica evidenciado a partir do início dos anos trinta, os quais apresentam possibilidades de uma influência política ou de falhas na organização colonial que justifique o entrave ao crescimento da localidade. Ainda, aprofundamentos políticos relacionados às ações desta colônia alemã com o início da Segunda Guerra Mundial, que busque compreender as ações do governo de Getúlio Vargas com a presença de colônias etnicamente formadas por alemães, deixando assim, perspectivas de estudos que amplifiquem os olhares históricos sob esta colonização de Porto Feliz.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES:

BOITEUX, José Arthur. Oeste Catarinense. Florianópolis: Alberto Entres & Irmão, 1931. In: **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005.

COSTA, Arthur Ferreira. O Oeste Catarinense. de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. In: **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005.

D' EÇA, Othon. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2 ed. 1992.

ESTADO DO PARANÁ. Mensagens apresentadas ao Congresso Legislativo do Estado, de 1901 a 1916. Disponíveis em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso: 22/04/2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagens apresentadas ao Congresso Legislativo do Estado, de 1900 a 1916. Disponíveis em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso: 22/04/2017

FANSEN Maria Gertrudes. **Desbravando Caminhos**: Histórias contadas pelos pioneiros. Mondai: Improeste, 2006.

KOELLN, Arno. **Porto Feliz**: A história de uma colonização as margens do rio Uruguai. Mondai: Improeste, 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV, v.2, 2001.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Anti-semitismo imperialismo totalitarismo. São Paulo: Companhia das letras, 10 ed. 1989.

BELLANI, Eli Maria. **Madeira, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai**. O Processo de Colonização do velho município de Chapecó (1917/1950).1991. 327 f. Dissertação (Mestrado em história) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro. Zahar, 1993.

BERSTEIN. Serge, e MILZA. Pierre. **História do século XX 1900 1945 O fim do “Mundo Europeu”**. São Paulo: Nacional, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

EIDT, Paulino. **Os sinos dobram por Alfredo**. Chapecó: Argos, 2009.

FLORES, Maria Bernardete Ramos, SERPA Élio Cantalício. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. In: **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005. p. 129 – 153.

GÄRTNER, Monique. **Alguns elementos para a construção de uma história ambiental do processo de “europeização” da paisagem do distrito de Entre Rios, Guarapuava, Paraná.** 2014. f, 74. Dissertação (Mestrado em história) - Universidade Estadual Do Centro-Oeste (Unicentro-Pr) Programa de pós-graduação em história, Irati, 2014.

GERTZ, René. **O Perigo Alemão.** Porto Alegre: UFRGS, 1991.

GRENDI, Eduardo. Repensar a micro – história? In: Revel, J. (org) **Jogos de escalas:** experiência de micro análise. [S. l.] Fundação Getúlio Vargas. 1994. p.251-262.

HASS, Mônica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense:** um estudo de poder local 1945-1965. Chapecó: Argos, 2000.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. Os Imigrantes Alemães e a Questão da Cidadania. In **Texto de história.** [S. l.: s. n.]. 1993.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e Nazismo:** a trajetória alemã rumo ao Brasil. Curitiba: SAMP, 2014.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. A ciência do racismo informa a política: o caso brasileiro. In: Maria Manuela Tavares Ribeiro. (Org.). **Portugal-Brasil;** uma visão interdisciplinar do século XX. Coimbra: Quarteto, 2003, v. 1, p. 441-456.

MAYER, Leandro. **Terras cultiváveis de primeira classe:** as propagandas sobre a colônia Porto Novo realizadas pela Volksverein na década de 1920. Passo Fundo: Temática, v.7, n.2, p. 173 – 190, 2016.

NODARI, Eunice Sueli. **A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)** Porto Alegre, [s. n.]. 1999.

NORA, Pierré. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Projeto história.** São Paulo: Revista do programa de estudos e pós-graduados em história do departamento de história da PUC-SP, 1981. p. 7 – 28.

PELUSO, Júnior. Vítor. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina.** Florianópolis: EDUFSC, 1991.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. Região, civilização e progresso: Oeste Catarinense, 1916-1945. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo: 2011.

POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e Marginalização. In: **Cadernos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina.** Ano 19, n. 20. Chapecó. 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RADIN, José Carlos. Questão agrária na fronteira catarinense. **Tempos Históricos.** V, 18. 2014. p. 143-163

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: **Cadernos do CEOM** Chapecó: Ano 19, n. 23. 2009.

RENK, Arlene. O conhecimento do território: a Bandeira de Konder. 1994. In: **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005. p. 109 – 128.

ROHDE, Maria W. **Espírito pioneiro**: a herança dos antepassados. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. Florianópolis. Lunardelli, 3 ed. 1995.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Mortz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SERPA, Élio. **A guerra do contestado (1912-1916)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: ano 6, n. 14, 2000. p. 143-176,

SEYFERTH, Giralda. Memória coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no Sul do Brasil. In: **MÉTIS**: história & cultura. v. 11, n. 22, 2012

VOLTOLINI, Anderson Francisco Floriani. A questão de limites de terras entre Santa Catarina e Paraná: uma análise das mensagens de governadores de 1900 a 1916. In: **Revista Santa Catarina em História**. Florianópolis: v.1, n.2, 2009

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste Catarinense**. A atuação da companhia territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos. 2006.

WERLE, André C. **O Reino Jesuítico Germânico nas Margens do rio Uruguai**: Aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga). 2001. 204f. Dissertação (Mestrado em história) - Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de História Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2001.

WERLE, André Carlos. Jesuítas alemães e o projeto de uma colônia étnica e religiosamente homogênea no extremo oeste catarinense: porto novo (Itapiranga). In: **Cadernos do CEOM** – Chapecó: Ano 16 n. 15. 2002